



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

EPÍDIO ARAÚJO DE SOUSA

**INDICADORES E ÍNDICES SINTÉTICOS: ANÁLISE DO IDH E
DO IBEU EM SERRA BRANCA PB**

CAMPINA GRANDE-PB

MARÇO DE 2017

EPÍDIO ARAÚJO DE SOUSA

**INDICADORES E ÍNDICES SINTÉTICOS: ANÁLISE DO IDH E
DO IBEU EM SERRA BRANCA PB**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Geografia como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho.

**CAMPINA GRANDE-PB
MARÇO DE 2017**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S725i Sousa, Epidio Araújo de.
 Indicadores e índices sintéticos: análise do IDH e do IBEU em Serra
 Branca / Epidio Araújo de Sousa. – Campina Grande, 2017.
 f. 65: color.

 Monografia (Licenciado em Geografia) – Universidade Federal de
 Campina Grande, Centro de Humanidades, 2017.
 "Orientação: Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira carvalho".
 Referências.

 1. Estudo de Área - Dimensões. 2. Desenvolvimento. 3. Políticas
 Públicas. I. Carvalho, Luiz Eugênio Pereira. II. Título.

CDU 908(043)



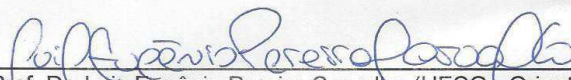
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

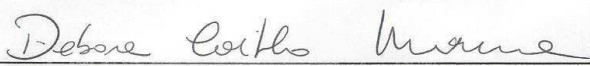
BANCA EXAMINADORA DE: EPIDIO ARAÚJO DE SOUSA

**TÍTULO: INDICADORES E ÍNDICES SINTÉTICOS: ANÁLISE DO IDH E DO IBEU EM
SERRA BRANCA-PB**

Campina Grande (PB), 21 de março de 2017.



Prof. Dr. Luiz Eugênio Pereira Carvalho (UFCG - Orientador)



Profa. Dra. Débora Coelho Moura (UFCG - Examinadora Interna)



Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo (UFCG - Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha família, primeiramente a minha mãe, Maria da Conceição Araújo de Sousa, por sempre me incentivar no caminho da licenciatura, e ao meu pai, José de Sousa Pequeno (Deda) por sempre me passar confiança e tranquilidade. Dedico também a duas pessoas que foram muito importantes nessa jornada Dona Lúcia e seu Martinho, pois cederam o apartamento, a qual morei todo esse período acadêmico, dedico também a meu primo e irmão André Motta, com quem dividi minha vida acadêmica durante 4 anos. Além disso, dedico para minha avó Mariinha, por sempre me passar força e esperança. Enfim, dedico esse trabalho a todas pessoas que conviverem comigo esse período e me apoiaram nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e coragem, para vencer todas dificuldades no decorrer desses 4 anos, dessa jornada. Agradeço a Nossa Senhora da Conceição por sempre iluminar e me guiar nessa jornada.

A minha família, em especial a minha mãe, Maria da Conceição, por me guiar para esse caminho da licenciatura, e sempre me incentivar, ao meu pai Deda por me passar tranquilidade e paz nas horas mais tensas. As minhas irmãs Marlene e Katarina ao meu sobrinho Lucas e ao meu cunhado Bia, por todo apoio e carinho.

A minha segunda família que ganhei, agradeço com todo meu coração a Dona Lúcia e Seu Martinho, por terem me aceitado no seu apartamento em Campina Grande, nenhuma palavra descreve o quanto sou grato a eles, e também ao seu filho André Motta, pela a irmandade durante esses 4 anos de curso, também a Ana Luiza pela a força nessa reta final do curso.

A minha avó Mariinha, um exemplo de superação, bondade e simplicidade, a todas as tias e tios, em especial a Tia Côca, Tia Margarida, Tia Severina e Tia Edileuza por sempre estarem me motivando e dando força nesses 4 anos e principalmente nessa reta final. Quero agradecer a todos os primos e primas em especial aqueles que são fundamentais nos caminhos que escolho e estão comigo nesse momento, Alex, Antônio, Bia Mamede, Deborah, Kaiki, Mariana, Oswaldo e sua esposa e Nil e sua esposa. Também agradeço a minha madrinha Seleste por todo apoio

A todos os colegas da Turma Geografia 2013.1, em especial a aqueles que foi criado um laço de amizade durante esses 4 anos e estarem durante todo curso, Diogo Soares, Ronaldo, Taís, Iranildo, Ana Paula e Socorro, foram momentos maravilhosos ao lado de vocês, apesar das brigas nos trabalhos em grupos, vocês foram muito importantes nessa jornada. Também agradeço aqueles amigos que o curso e a universidade me presentearam, em especial a Aline (Baiana), Evelyn, Odaíza, Hígor, Bárbara, Juliana, Kaline e Andréia, vocês foram muito importantes para essa reta final.

Ao professor Luiz Eugênio, que topou me orientar, em uma área completamente distante da que eu vinha trabalhando no decorrer da graduação, agradeço sua paciência e suas contribuições em outras pesquisas que fiz pelo Grupo de pesquisa e estudo sobre Ensino, Meio Ambiente e Cidade (GEMAC). Palavras não cabem, para descrever tamanha a admiração e respeito por ele. E quando eu crescer só quero ser um pedacinho do que ele é.

A todos os professores do Curso de Geografia UFCG, em especial a professores que aprendi a admirar e respeitar, Dr^o Débora Coelho, Dr^o Sérgio Murilo, Dr^a Martha Priscila, Dr^o Lincoln Diniz e Dr^o Sônia Lira. Também agradeço aos professores substitutos que passaram no decorrer do curso, em especial a uma professora que se tornou amiga Angélica Dias.

As escolas que estagiei e participei do PIBID em especial a cada professor Supervisor, com quem aprendi a realidade do ensino: Jorismar, Débora Fernandes e Patrícia Marinho.

A todos os professores desde do ensino fundamental 1 e 2 até o ensino médio, pois foi aprendizado que serviu de base para a universidade, quero destacar a minha professora de alfabetização Daguia, que me ensinou a ler e escrever. Também aos professores Socorro Albuquerque, Tico, Lindalva, Gérsio e Ana Rita.

Aos amigos de longa data, de escola que me deram força nesse período, Aline Pimentel, Luiza Duarte, Rayanne Araújo, João Pedro, Luana Antonino, Nayra Isabel, Mirtys Maciel, Nadyne Leão, Iago Wesely, Márcia Regina, Paula Wêndia e Graça Barros,

A Aline Brito, Maria Heloisa, Tamara Almeida, Pedro Araújo, Tayse Santos e Vitória Emmanuely, vocês foram essenciais nessa reta final. Amo todos vocês e a maior prova que pode existir amizade entre professor e aluno, e com vocês aprendi o verdadeiro significado de amizade. A Ana Maria Gomes e sua família por todo apoio, muito obrigado pelos conselhos e ensinamentos. A Giovana Loreto, Camila Dias, Eduarda Lima, Juliana Cavalcanti, Marna Morgana, Lorena Lima e Djuli Karoline pela a força, vocês foram muito importantes, principalmente nessa reta final.

A CAPES, por ter me financiado durante 3 anos da graduação pela a bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

É difícil agradecer todas as pessoas que de algum modo, nos momentos serenos e ou apreensivos, fizeram ou fazem parte da minha vida, agradeço a todos de coração. E aqueles que não citei, sintam-se agradecidos, são tantos, que é muito difícil nomear.

*[...]Ninguém disse que seria fácil, mas
também não disseram que seria tão difícil
[...]*

(Coldplay)

RESUMO

Atualmente, um dos instrumentos utilizado para o desenvolvimento de políticas públicas nos municípios brasileiros, é a análise de indicadores e índices das diferentes temáticas. Em geral, os índices trazem uma amostragem sobre a realidade do município em diversas áreas e temáticas (Educação, Saúde, Renda, Urbanização, Qualidade de Vida, Risco e etc.). A valorização dos sistemas de indicadores e índices ocorre a partir de 1990 com o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), porém sua história começa, no começo do século XX. No Brasil, há uma diversidade de índices, eles servem de instrumentos para o desenvolvimento de políticas públicas que estará ligado ao desenvolvimento do território. Um dos índices que mais desenvolve políticas públicas no Brasil é o IDH, que se baseia em três dimensões educação, renda e longevidade, outro índice recente é o Índice de Bem-Estar Urbano que estuda a qualidade dos serviços urbanos e qualidade das cidades do Brasil em cinco dimensões. Com isso o presente trabalho tem como objetivo geral, analisar o Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Bem-estar Urbano no município de Serra Branca Paraíba. Com a análise desses índices iremos notar a atual situação do município, podendo comparar com outros municípios do estado, e ver quais políticas públicas foram ou estão em desenvolvimento no município. Para a realização da análise foi utilizado como metodologia a leitura bibliográfica e análise de dados do PNUD e do Observatório das Metrópoles Como resultado nota-se Serra Branca com IDHM e IBEU médio, com um avanço significativo nas dimensões do IDHM, principalmente na de educação, já no IBEU nota-se que o maior desafio está na dimensão de infraestrutura urbana. Por fim o trabalho destaca importância do conhecimento da sociedade civil sobre os índices.

Palavras Chaves: Dimensões; Desenvolvimento; Políticas Públicas;

ABSTRACT

Currently, one of the tools used for the development of public policies in the Brazilian municipalities, is the analysis of indicators and indexes of different themes. In General, the indexes bring a sampling on the reality of the municipality in various areas and themes (education, health, income, urbanization, life quality, risk, etc.). The enhancement of systems of indicators and indexes occurs from 1990 with the emergence of the human development index (IDH), however your story begins in the early 20th century. In Brazil, there are a variety of indices, they serve as instruments for the development of public policies that will be linked to the development of the territory. One of the indexes that more develops public policies in Brazil is the HDI, which is based on three dimensions education, income and longevity, another recent index is the index of urban welfare studies the quality of urban services and quality of Brazil's cities in five dimensions. The present study aims to analyze the overall human development index and index of Urban welfare in the municipality of Serra Branca. With the analysis of these indices we will note the current situation of the municipality, and can compare with other cities of this-do, and see which public policies have been or are under development in the municipality. The analysis was used as bibliographic reading methodology and data analysis of pnud and the Centre of major cities as a result Note-If Serra Branca with IDHM and IBEU medium, with a significant advance on the dimensions of IDHM, mainly in education, at the IBEU note that the biggest challenge is in the dimension of urban infrastructure. Finally the work highlights importance of met-ment of civil society about the contents.

Key Words: Dimensions; Development; Public Policies;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação entre Indicadores e índices com Território e Políticas Públicas.....	25
Figura 2: Capacidades e oportunidades para o IDH.....	30
Figura 3: Evolução do IDHM no Brasil	32
Figura 4: Composição do IDH Global de 2011	33
Figura 5: Metodologia para a obtenção da média final do IDHM.	34
Figura 6: Classificação e interpretação do IDHM	35
Figura 7: Média final do IBEU-Municipal, no Brasil	37
Figura 8: Classificação e interpretação do IBEU-Municipal.....	40
Figura 9: Localização do município de Serra Branca – PB.....	42
Figura 10: Mapa de localização do Cariri Ocidental – PB	50

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBEU – Índice de Bem-Estar Urbano

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNUD – Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUS – Sistema Único de Saúde

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Alguns índices utilizados no brasil.....	19
Quadro 2: Exemplos de algumas políticas públicas implantadas no brasil.....	26
Tabela 1: Serra Branca em relação aos principais municípios do estado.....	49
Tabela 2: Comparação do IDHM de Serra Branca com os municípios do Cariri Ocidental.....	50
Tabela 3: Comparação pela a Dimensão de Educação do IDHM.....	51
Tabela 4: Comparação pela Dimensão de Longevidade.....	52
Tabela 5: Comparação pela Dimensão de Renda per capita.....	53
Tabela 6: Serra Branca em relação aos Grandes Municípios da Paraíba.....	56
Tabela 7: IBEU de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental.....	57
Tabela 8: Dimensão de Mobilidade Urbana de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental.....	57
Tabela 9: Dimensão de Condições Ambientais Urbana de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental.....	58
Tabela 10: Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental.....	58
Tabela 11: Dimensão de Serviços Coletivos de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental.....	59
Tabela 12: Dimensão de Infraestrutura Urbana de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	133
CAPÍTULO 1: INDICADORES E ÍNDICES, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	16
1.1 SISTEMA DE INDICADORES E ÍNDICES: CONTEXTO HISTÓRICO E O DEBATE CONCEITUAL.....	17
1.2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E POLITICAS PUBLICAS.....	22
CAPÍTULO 2: O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E O ÍNDICE DE BEM-	

ESTAR URBANO	28
2.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	29
2.1.1 APRESENTAÇÃO DO IDH E IDHM	29
2.1.2 METODOLOGIA DO IDH E DO IDHM.....	33
2.2 – IBEU	35
2.2.1 APRESENTAÇÃO DO IBEU	35
2.2.2 – METODOLOGIA DO IBEU	38
CAPÍTULO 3 –ANÁLISE DO IDHM E IBEU DE SERRA BRANCA	41
3.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE SERRA BRANCA – PB.....	42
3.2 O IDHM E SUAS DIMENSÕES EM SERRA BRANCA	44
3.2.1 A EVOLUÇÃO DO IDHM E DE SUAS DIMENSÕES EM SERRA BRANCA	45
3.2.2 SERRA BRANCA EM RELAÇÃO AO BRASIL A PARAÍBA E AO CARIRI OCIDENTAL NO IDHM.	49
3.3 IBEU DE SERRA BRANCA.....	54
3.3.1 SERRA BRANCA EM RELAÇÃO AO BRASIL, A PARAÍBA E AO CARIRI OCIDENTAL NO IBEU	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	63

INTRODUÇÃO

O surgimento dos sistemas de indicadores e índices, foi algo muito importante para sociedade civil e os agentes políticos, pois a partir deles, que começa a busca intensificada de órgãos administrativos, para o desenvolvimento de políticas públicas, para que assim houvesse um desenvolvimento ou crescimento nos territórios. Os sistemas de indicadores têm uma forte influência hoje na sociedade. É muito comum ver ações baseadas em uma diversidade de indicadores e índices, segundo Januzzi (2005, pág. 138) “os indicadores e índices apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas”.

O trabalho se delimita ao estudo do resultado de dois índices, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM e o Índice de Bem-Estar Urbano – IBEU, no município de Serra Branca - PB. A escolha desses índices seu deu por causa da importância dos resultados do IDHM para o desenvolvimento de políticas públicas. O IBEU por ser um índice novo criado em 2013, abrange uma diversidade indicadores, que serão apresentados no capítulo 2.

Então baseado nos indicadores e índices escolhidos, se faz a seguintes indagações: qual a importância dos índices e indicadores para os municípios? E com o surgimento desses índices, será que houve alguma evolução nos municípios, a partir do surgimento dos mesmos? E quais políticas públicas foram desenvolvidas baseadas nesse sistema?

Respondendo as questões a seguir é notório, que os índices terão papel fundamental, para que haja seu desenvolvimento será notado no trabalho uma evolução territorial no Brasil, com o surgimento do IDH e do IDHM. Através destes vamos ter uma clareza do desenvolvimento desses territórios, com a chegada das médias do IDH uma diversidade de políticas públicas foram desenvolvidas no Brasil e conseqüentemente um avanço do IDH. Algumas políticas mudaram o cenário desses municípios, a partir desses resultados lançado na década de 1990, resultando no desenvolvimento de políticas públicas de assistencialismo (Bolsa escola, bolsa gás, que posteriormente virará bolsa família), políticas públicas educacionais como o programa Brasil Alfabetizado e entre outros e políticas voltadas para a saúde como a Fome Zero.

O presente trabalho tem como objetivo geral, analisar o Índice de Desenvolvimento Humano e Índice de Bem-estar Urbano no município de Serra Branca Paraíba.

Como objetivos específicos pretendeu-se: a) debater o contexto histórico e conceituais de indicadores e índices relacionados a território e políticas públicas, b) apresentar características e metodologia do IDH, IDHM e IBEU, c) discutir os resultados do IDHM e do IBEU em Serra Branca, comparando com outros municípios do estado da Paraíba, d) e analisar políticas públicas desenvolvidas no município que interferiram no desenvolvimento do território.

A metodologia foi baseada em leituras bibliográficas sobre a temática, além da análise dos resultados das dimensões e da média final de cada índice. Para que assim fosse feita pesquisa, buscando as principais políticas públicas desenvolvidas no município de Serra Branca –PB

O presente trabalho está dividido em 3 capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, traz um debate conceitual e teórico, sobre indicadores, índices, território e políticas públicas. No primeiro tópico é abordado, o surgimento dos sistemas de indicadores e índices até os dias atuais, em seguida será apresentado definições de indicadores e índices e a problemática desse sistema. O segundo tópico trabalha com os conceitos de território e políticas públicas, relacionando ao sistema de indicadores e índices.

O segundo capítulo está dividido em 4 tópicos, nesse capítulo serão apresentados o IDH e o IDHM, e o IBEU. O primeiro tópico traz a apresentação do IDH e do IDHM, debatendo um pouco sobre sua história e características gerais. Já o segundo tópico deste capítulo abordara a metodologia do IDH, nesse tópico é apresentado as dimensões do IDH e também a diferença metodológica entre o IDH e IDHM. O terceiro tópico trabalhar com a apresentação do IBEU, um pouco da sua história e objetivo, O último tópico deste capítulo apresenta a metodologia do IBEU, explicando cada dimensão presente nesse índice.

O último capítulo está dividido em 5 tópicos, o capítulo traz a discussão do resultado do IDHM e do IBEU em Serra Branca. No primeiro tópico é apresentado as características geográficas do município, fazendo uma relação com os índices estudados. Já no segundo tópico, é apresentado o resultado das dimensões e da média final do IDHM do município, para no terceiro tópico ser apresentado a evolução desse índice e de suas dimensões, desde do seu surgimento em 1990 até o último resultado 2010. Com esses dados serão apresentadas as principais políticas públicas desenvolvidas no município e que contribuíram para o avanço do IDHM. Após essa discussão, o 4º tópico traz uma comparação do município, em relação à média nacional, a média estadual, sua po-

sição nos dois âmbitos, além da comparação com as maiores cidades em termo de população do estado da Paraíba, e comparação também com os 17 municípios do cariri ocidental, nesse tópico de comparação será feita uma comparação do IDHM de Serra Branca aos países que apresentam IDHM igual ou inferior. O quinto tópico trata do resultado IBEU, com suas dimensões como o IBEU é de 2013, não será feita análise da evolução, ficando então nesse tópico o debate sobre as políticas públicas para o desenvolvimento do município ligado ao IBEU. O último tópico trabalha uma comparação do município, em relação à média nacional, a média estadual, sua posição nos dois âmbitos, além da comparação com as maiores cidades em termo de população do estado da Paraíba, e comparação também com os 17 municípios do cariri ocidental, e também as dimensões.

As considerações finais aborda o fechamento do trabalho, trazendo ideias, e debatendo se os objetivos foram alcançados além das perspectivas para o próximo IDHM e IBEU no município.

A importância desse trabalho, se dá primeiramente pelo o pouco estudo dentro da geografia, sobre índices e indicadores, sendo que esse trabalho pode servir de base para outras pesquisas. Outra importância dessa análise, é que com esse estudo a população do município poderá conhecer um pouco sobre o IDHM e o IBEU, além disso cobrar melhorias aos agentes públicos, de serviços básicos que estão com resultado abaixo do esperado. Além disso esse trabalho servirá na quebra de alguns mitos que a população tem, pois para a maioria da população Serra Branca, se encontra inferior aos municípios do Cariri Ocidental, mas com base nos resultados dos índices podemos ver Serra Branca, igual ou superior a muitos deles, assim quebrando esse mito.

CAPÍTULO 1: INDICADORES E ÍNDICES, TERRITÓRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS



Fonte: José Inaldo Lima. Ano 2012

*[...] Serra Branca ditosa e querida
Símbolo Augusto do meu Redentor
Qual uma hóstia tão santa esculpida, nas paragens
de luz e esplendor*

*Serra Branca de luz e grandeza, nós vivemos felizes
em ti. És a glória, o fulgor e a beleza, deste nosso fe-
liz cariri*

(Paulo Lopo Saraiva.)

1.1 SISTEMA DE INDICADORES E ÍNDICES: CONTEXTO HISTÓRICO E O DEBATE CONCEITUAL

Atualmente, um dos instrumentos utilizado para o desenvolvimento de políticas públicas nos municípios brasileiros é a análise de indicadores e índices. Em geral, os índices trazem uma amostragem sobre a realidade do município em diversas áreas e temáticas (Educação, Saúde, Renda, Urbanização, Qualidade de Vida, Risco). Porém, o uso de indicadores e índices para o estudo da situação do território não fica restrito só aos dias atuais. Seu surgimento, já resultou da preocupação para que funcionem como referências na busca do desenvolvimento do território. Segundo RUA (2004), foi na década de 1920 nos Estados Unidos que:

[...] começou a surgir a ideia de que a sociedade deveria ter dados que permitissem uma imagem precisa de si própria e de suas mudanças. Em 1929 foi criado um comitê presidencial com a tarefa de produzir um relatório detalhado denominado “Tendências Sociais Recentes”. Por trás da expressão “tendências sociais” ou “indicadores” a única ideia existente era a de que estes deveriam expressar um esforço ativo e deliberado para selecionar um conjunto de medidas de mudança social. (RUA, 2004; p. 1).

Nota-se na fala anterior, que o surgimento dos sistemas de indicadores e índices deriva da preocupação para a quantificação da realidade. Para que essa quantificação mostrasse a realidade e com isso houvesse uma aproximação da situação de territórios que o Estado não conhecia de forma suficiente para que em seguida fossem desenvolvidas medidas de ação estatal para a melhoria dos índices utilizados. Naquele momento, no entanto, o uso de índices e indicadores não se popularizou e passou a ser pouco utilizado nas décadas seguintes.

Apenas após a Segunda Guerra, essa ferramenta volta a ganhar algum destaque com o surgimento de vários indicadores, que posteriormente resulta em vários índices. Nesse momento, o foco era voltado só para indicadores econômicos. A economia aparecia em primeiro plano. RUA (2004) afirma que irá haver uma consolidação de indicadores sociais, que deveriam representar uma alternativa ao foco exclusivo sobre o crescimento econômico. RUA (2004) ainda destaca que em 1953 já havia uma ampla coleção de dados estatísticos, sobre taxas de desemprego, crimes, níveis de consumo etc. Esse arsenal de índices estava disponível em vários países, pois muitos deles tinham criado antes da Segunda Guerra sistemas de estatísticos que buscavam quantificar a realidade. No caso do Brasil, temos o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado em 1933.

Após a década de 1950 o sistema de indicadores e índices, só volta a ganhar destaque novamente, na década de 1970, quando do surgimento de algumas instituições internacionais que passaram a utilizar e divulgar os indicadores e índices de todos os países.

[...]houve um grande avanço na produção de indicadores sociais patrocinados por organismos nacionais e internacionais (ONU, OCDE, PNUD, OMS e outros), com a divulgação de índices regionais, nacionais e supranacionais permitindo, inclusive, a comparação das condições de vida entre os países. (PLANEJAMENTO, 2010, p. 23)

Com isso é possível conhecer melhor a realidade de cada país ao redor do globo e comparar, com a situação entre países e ver onde é necessário melhorar, buscando exemplos de políticas públicas que deram certos em outros territórios.

Após o auge na década de 1970, novamente começa a ocorrer o declínio do sistema de indicadores e de índices na década de 1980, o guia do Ministério do Planejamento (2010), aponta que o fator principal para que houvesse esse declínio, foi a crise fiscal e a visão de um Estado mínimo economicamente eficiente, adotada principalmente na Inglaterra e nos EUA, levaram a certo desprezo pelos indicadores sociais.

Só voltando a ganhar destaque na década de 1990 com surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano e outros índices. Rua (2004) afirmará que:

Ocorreu sua revalorização tanto na esfera das políticas públicas e seus resultados substantivos, como na esfera da gestão governamental. Passaram a ser discutidos e adotados tanto no nível subnacional (estados e municípios), como nacional e supranacional, especialmente com o estabelecimento de novas instituições de monitoramento e avaliação e de bases de informação dotadas de sofisticada infraestrutura tecnológica. (RUA, 2004, p. 2)

Considerando então que os resultados desses sistemas de indicadores, poderiam ser úteis para a administração estatal houve um aprimoramento nesses sistemas, com a busca de seu aprimoramento pelos órgãos oficiais, para que os resultados tenham uma exatidão mais aproximada da realidade dos municípios. É importante destacar ainda, que com esse ressurgimento dos índices várias políticas públicas foram desenvolvidas, facilitando e melhorando a qualidade de vida dos territórios beneficiados.

Além da trajetória global dos sistemas de indicadores e índices, destaca-se a chegada desse sistema no Brasil. O debate sobre índices e indicadores sintéticos ganha força no país, a partir da década de 1990.

Neto et al. (2008, p. 3), afirma que:

Essas medidas passaram a ganhar maior expressão no Brasil durante a década de 90, momento em que vários indicadores surgiram no país com o obje-

tivo de compreender a realidade social por meio de uma medida única, alcançada pela combinação das múltiplas medições das suas dimensões analíticas quantificáveis.

Essa medida única (média final), dos sistemas de indicadores e de índices foi importante, pois com essas médias lançadas a partir de 1990 no Brasil, começamos a ver a realidade do território nacional em várias escalas, identificando vários problemas sociais. Sendo assim, o Quadro 1 apresenta índices que o Estado brasileiro passou a utilizar para o desenvolvimento de políticas públicas a partir dos anos de 1990.

QUADRO 1: ALGUNS ÍNDICES UTILIZADOS NO BRASIL

Índices Sintéticos no Brasil	Ano
IQM: Índice de Qualidade dos Municípios	2001
ISMA: Índice Social Municipal Ampliado	1991
IMDE: Índice Municipal de Desenvolvimento Educacional	2001
IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	1998
IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano	2013
ICV: Índice de Condição de Vida	1991
IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica	2007
INPCA: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo	1991

Fonte: Elaboração própria, 2017 – baseado em Januzzi (2002)

Ressalta-se que cada um desses índices vai possuir metodologia diferente, além de umas diversidades de indicadores, para chegarem a média final, e assim o resultado. Para esse trabalho só será analisado o IDHM e IBEU.

Após a apresentação histórica sobre o sistema de indicadores e índices, foi feito o debate conceitual, sobre o que é indicador, e o que é índice, para assim sabermos diferenciar ambos.

Para Mitchell (1996), indicador é uma ferramenta que permite a obtenção de informações sobre uma dada realidade. Já Mueller et al. (1997), um indicador pode ser um dado individual ou um agregado de informações. Já índice para Shields et al. (2002), revela o estado de um sistema ou fenômeno. Prabhu et al. (1996) argumentam que um índice pode ser construído para analisar dados através da junção de um jogo de elementos com relacionamentos estabelecidos.

Nesse primeiro debate conceitual, nota-se que há diferença entre indicador e índice, o indicador se constitui de apenas um dado, já um índice é a junção de vários indicadores. Ressalta-se que muitos autores trabalham indicadores e índices como sinônimos. Porém, para esse trabalho, foi realizado uma análise diferenciando indicadores sintéticos de índices sintéticos.

Para indicadores sintéticos, a definição se baseia em Januzzi (2003, p.4), para quem os indicadores “sintetizam diferentes conceitos da realidade empírica, ou seja, derivam de operações realizadas com indicadores analíticos e tendem a retratar o comportamento médio das dimensões consideradas”.

Para Rua (2004), indicadores sintéticos são medidas, ou seja, é uma atribuição de números a objetos, acontecimentos ou situações, de acordo com certas regras.

Para o IBGE (2005), os indicadores sintéticos são ferramentas constituídas de variáveis que, associadas a partir de diferentes configurações, expressam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem.

Já segundo Magalhães (2004) são abstrações ou parâmetros representativos, concisos, fáceis de interpretar e de serem obtidos, usados para ilustrar as características principais de determinado objeto de análise.

Para Rua (2004) índices sintéticos é definido como “o conjunto de indicadores utilizados com o objetivo de aumentar a precisão das avaliações”. Outra definição utilizada pela autora para índices sintéticos é que eles consistem, na realidade, em relações observáveis entre variáveis ou entre uma variável e uma constante.

Outra denominação dada os índices sintéticos são os de medidas sintéticas, Schumann e Moura (2015, p. 4) Apresentam os índices sintéticos como “medidas-sínteses utilizadas para apreender uma determinada realidade social ou dimensões do mundo social e podem ser aplicados em relação às dinâmicas de desenvolvimento de populações, espaços e ambientes”.

Após esse debate conceitual é importante entender, qual a função desses sistemas de indicadores e índices. Como foi visto logo no começo do capítulo, a criação se deu pela a necessidade para quantificar a realidade e aproximar o governo da população. Então, perceber que os indicadores e índices também possuem grande relevância no cenário da gestão pública, sendo hoje uma das principais funções dos sistemas de indicadores e índices, promover a gestão municipal, porém que essa construção não fique só baseada em números e que os governantes, busquem fazer uma reflexão teórica, como afirma Cardoso (1998):

Tanto para a pesquisa social quanto para o desenho e a implantação de Políticas Públicas, Planos e Programas, os indicadores surgem como uma mediação entre a teoria e as evidências da realidade, gerando instrumentos capazes de identificar e medir algum tipo de fenômeno social, estabelecido a partir de uma reflexão teórica (CARDOSO, p.43).

Em relação às políticas públicas, o Ministério do Planejamento (2010) aponta, que os indicadores são essenciais, para o ciclo da gestão de políticas públicas, para esta instituição:

Essas funções permitem que os indicadores sejam amplamente utilizados nos diferentes momentos do ciclo de gestão de políticas públicas, a saber:

- ex-ante: no diagnóstico de situação, para subsidiar a definição do problema, o desenho de uma política e a fixação das referências que se deseja modificar;
- in curso: para monitoramento e avaliação da execução, revisão do planejamento e correção de desvios; e
- ex-post: para avaliação de alcance de metas, dos resultados no público-alvo e dos impactos verificados na sociedade (BRASIL, 2010; p. 24)

É preciso destacar, que os indicadores e índices sintéticos são fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas nos territórios, pois é através desses dados oficiais que podemos conhecer a “realidade” do município ou do estado, identificando os problemas. Assim os órgãos da administração pública junto com a população busquem melhorar através de políticas públicas a realidade local.

Por outro lado, cabe salientar que há uma problemática nos sistemas de índices e indicadores, pois nem sempre seus resultados apontam exatamente a realidade do município. Embora sejam dados oficiais, esses números podem não demonstrar a verdadeira situação do que está sendo quantificado. Januzzi (2002) vai apontar que:

[...] que índices sintéticos são importantes instrumentos para elaboração de rankings de priorização na dotação de recursos internacionais ou públicos. Certamente que são necessários critérios objetivos para classificar países, regiões, municípios e áreas para direcionar esforços de políticas, mas, além de pouco transparentes, estes índices podem não refletir adequadamente as dimensões empíricas relevantes para determinadas políticas. (JANUZZI, 2002. p. 64.)

Ressalta-se ainda que o próprio Ministério do Planejamento (2010) aponta que:

[...]os indicadores são abstrações, representações, simplificações de uma dada realidade, portanto são suscetíveis aos vieses de quem produziu, coletou e/ou interpretou. Desta forma, não se deve confiar cega e eternamente nas medidas, o que significa dizer que o gestor de uma política pública deve, periodicamente, realizar uma avaliação crítica acerca da adequabilidade dos indicadores selecionados, considerando ainda que, a todo tempo[...] (PLANEJAMENTO, 2010, p. 35)

Com essa passagem, nota-se que não se pode confiar totalmente nos números para o desenvolvimento das políticas públicas. É preciso que, além de números, sejam feitas análises das condições espaço, território e da região em que a política pública vai ser aplicada. Ainda nesse debate o Ministério do Planejamento (2010) discute que:

Quando um indicador não reflete a realidade que se deseja medir ou não é considerado nos diversos estágios da elaboração e implementação de políticas, planos e programas, a desinformação poderá implicar no desperdício de tempo e de recursos públicos, além da falta de visibilidade de atendimento das expectativas da sociedade” (PLANEJAMENTO, 2010, pág. 24)

É preciso haver uma mudança partindo dos próprios geradores de índices e indicadores, como o Ministério do Planejamento, quando se reconhece o déficit e erros gerados a partir das médias dos indicadores e índices sintéticos. Seria importante que esses organismos buscassem outras metodologias para a implementação das políticas públicas.

É importante abordar que essa problemática não é de hoje. Um dos motivos para o declínio desse sistema na década de 1960, foi exatamente a não amostragem da realidade. Rua (2004) aponta que as medidas por si só não traziam soluções para os problemas e que a definição do problema, a análise, o planejamento, e o envolvimento com a gestão teriam que amadurecer junto com os indicadores.

Nota-se que já havia uma preocupação para o aperfeiçoamento desses sistemas. Mesmo com toda evolução e toda tecnologia, ainda há falhas. E uma dessas falhas, ocorre no IDH, o Ministério do Planejamento apresenta que a amostragem do IDH:

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano – é um índice que possui uma teoria subjacente bem madura. Entretanto seu uso pode ocasionar distorções, quando usado, por exemplo, como critério de elegibilidade de regiões ou localidades a serem contempladas com políticas públicas específicas (BRASIL, 2010a).

É importante destacar que essa falha não ocorre só IDH e IDHM, todos índices podem apresentar essa distorção, por isso o estudo mais aproximado do local é de tamanha importância, para que o desenvolvimento de políticas públicas não seja equivocado.

Finalizando esse tópico, debatendo a problemática do sistema de indicadores e índices é importante reafirmar, que embora falho esse sistema, ainda é o mais apropriado para o desenvolvimento de políticas, e o que ainda aproxima o Estado da realidade de realidade. Com isso o próximo tópico debaterá, a questão dos indicadores e índices ligado a questão do desenvolvimento do território ligado a políticas públicas.

1.2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E POLITICAS PUBLICAS

Como visto anteriormente, os indicadores e índices são de tamanha importância para conhecermos a realidade dos municípios. Além disso, os indicadores e índices são fundamentais para que os Estados busquem o desenvolvimento dos municípios e do próprio Estado, a partir de políticas públicas.

Para entender um pouco da importância dos indicadores e dos índices para o desenvolvimento dos territórios ou desenvolvimento municipal, precisa-se entender o que é o “território”? Para ANDRANDE (2005), o conceito de território está ligado nas relações de poder, o autor fala que:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à ideia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (ANDRADE, 1995, p. 19).

É interessante notar, nesse conceito de Território de Andrade (1995) é que, o poder público tem o poder administrativo e por isso será de total responsabilidade, que eles busquem o desenvolvimento dos territórios. Além disso, nota-se que no conceito apresenta-se a noção de poder das grandes empresas, a qual para esse trabalho, pode ter um destaque nos o território municipal, pois com a presença das mesmas, pode-se ter uma evolução nos índices e indicadores de renda e também alteração no bem-estar urbano.

Outro conceito baseado nas relações de poder, e importante para este trabalho é o da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (2003) o qual eles definem território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como ambiente, a economia a sociedade, a cultura a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2003, p. 4)

Essa definição se nos remete a relacionar, com os índices que são analisados neste trabalho. Percebendo que território abrange o município e possui uma variedade de dimensões. Pode-se concluir que os índices e indicadores são elementos essenciais para o desenvolvimento dos territórios, além de servir para a formação de novos.

Outra definição importante é Yazbek (2010), a qual “ela compreende que o território também é terreno das políticas públicas, sendo a arena em que se concretizam os tensionamentos e os enfrentamentos, incluindo as potencialidades de ação” Com essa definição, percebe-se a importância de conhecer o território, para que as políticas públicas sejam bem-sucedidas. Além de notar a importância entre território e políticas públicas, pois sem os territórios não haveria políticas públicas.

Outro conceito para este trabalho é o de política pública, pois os índices servirão de base para o desenvolvimento de políticas públicas. Com isso Souza (2006), define as políticas públicas como:

[...] um campo do conhecimento que busca integrar quatro elementos: a própria política pública, a política (politics), a sociedade política (polity) e as instituições onde as políticas públicas são decididas, desenhadas e implementadas. Disso pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (politics) e à sociedade política (polity), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública. (SOUZA, 2006, p.40)

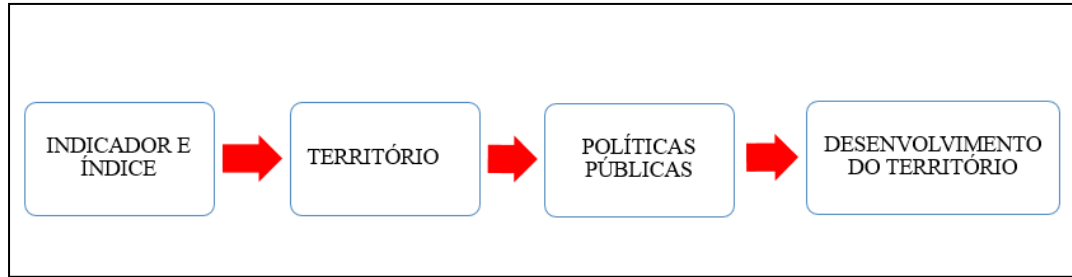
Percebendo assim, que as políticas públicas são essenciais para o aperfeiçoamento dos municípios e para o desenvolvimento dos mesmos. Para que as mesmas funcionem é necessária ação conjunta entre a Estado e a sociedade civil.

Por isso é necessário, que haja um estudo detalhado dos indicadores e índices, que se conheça a realidade do território, antes de aplicação para que assim seja identificado as dificuldades do território e adaptar a política pública, para aquela realidade. Por isso a importância da Geografia para o desenvolvimento de políticas públicas, Bueno (2014) afirma que a Geografia é a ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, com um de seus conceitos chaves, no caso território, pode vir a contribuir significativamente nos estudos das políticas públicas relacionado com índices.

Outra posição, que destaca-se o estudo da ciência geográfica nesse debate é a de Fernandes (2015), quando afirma que “a Geografia, enquanto conhecimento estratégico tem muito a colaborar com a formulação das alternativas para os problemas selecionados, uma vez que possibilita pensar no acontecer espacial”.

Após as definições de território, que irão ligar território a gestão e poder. E as definições de políticas públicas, que são algo essencial para o desenvolvimento do território. É necessário fazer uma ligação entre, indicadores e índices com o desenvolvimento dos territórios a partir de políticas públicas (Figura 1). Na figura 1 podemos observar como que eles estão interligados.

FIGURA 1: Relação entre Indicadores e índices com Território e Políticas Públicas



Fonte: Elaboração própria, 2017

Nota-se, que os indicadores e índices estão em primeiro plano, pois com a média final, iremos conhecer a realidade do território. O segundo item é onde vai ser identificado o problema a partir da média, que é lançada dos indicadores e índices, para a partir disso haja um planejamento e o desenvolvimento de políticas públicas, para que depois dessa aplicação haja o desenvolvimento do território.

Pode-se destacar, que essa correlação não é atual, e já foi abordado no começo do capítulo, onde os indicadores e índices surgiram para que houvesse mudança sociais no território dos Estados Unidos. No entanto, antes dessa relação, já havia uma discussão de desenvolvimento dos territórios a partir de políticas públicas. É essa discussão serve de modelo para a correlação atual, entre índices e desenvolvimento territorial a partir e políticas públicas, visto anteriormente no quadro 2.

Ressalta-se a partir do que foi apresentado por Corrêa (2009), a qual pode-se perceber que as populações dos países foram fundamentais para o desenvolvimento territorial e a construção de políticas públicas, logo no começo do surgimento desse debate. O Autor aponta que:

A discussão acerca da formação de territórios como lócus para a articulação de atores locais no intuito de promover estratégias de desenvolvimento articuladas a políticas públicas definidas pelos Estados nacionais não é recente. Na verdade, estruturas territoriais foram adotadas em países europeus em períodos anteriores ao próprio processo de industrialização engendrado nesses mesmos países. Nesse contexto, foi-se gerando um tipo de institucionalidade que estabeleceu relações entre os atores locais; entre eles e os representantes dos territórios; e entre estes últimos e os Estados nacionais (CORRÊA, 2009, p. 24).

Voltando para o debate principal, a relação entre indicadores e índices com políticas públicas para o desenvolvimento do território, esse debate volta a ganhar destaque, a partir dos anos de 1990 com o surgimento de vários indicadores e com surgimento do IDH global.

Com a chegada desses índices no Brasil, foi percebido que no começo dos anos de 1990 o nosso território está em péssima situação, em todos os serviços básicos e com o passar dos anos haverá uma evolução. Todo esse debate sobre a evolução do território nacional é

apresentado no capítulo 2. Essa evolução nos territórios municipais, se deu devido a uma diversidade de políticas públicas que foram implantadas no nosso país. Xavier, Carvalho e Correia (2014) irão apontar:

O Governo passa a dar maior importância às dinâmicas locais a fim de reduzir a pobreza e a desigualdade, considerando o território como uma instância de governança capaz de direcionar as políticas públicas que mais lhe convém para alcançar tais objetivos, ou seja, uma nova perspectiva de desenvolvimento traçada a partir de realidades locais e com a participação dos diferentes atores da sociedade. (XAVIER, CARVALHO E CORRÊA, 2014, p. 3)

Essa nova perspectiva de Desenvolvimento dos territórios está totalmente baseada no conceito de território de Andrade (2005), que foi citado na pág. (19), a qual pode-se perceber que se um gestor municipal conseguir entender o que os indicadores e índices apontam sobre determinado tema, possivelmente irá conseguir fazer uma boa gestão no território do município e, com isso, desenvolver boas políticas públicas.

No Brasil, com a chegada dos índices teve um aumento de políticas públicas. O Quadro 2 apresenta algumas dessas políticas que foram de tamanha importância para o avanço nos índices sociais do Brasil nos últimos anos.

QUADRO 2: Exemplos de Algumas Políticas Públicas Implantadas no Brasil

Políticas Públicas no Brasil	Ano
PAC: Programa de Aceleração e Crescimento	2007
Minha Casa, Minha Vida	2009
SUS: Sistema Único de Saúde	1988
Brasil Alfabetizado	2003
EJA: Educação de Jovens e Adultos	2000
Bolsa Família	2003
PETI: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	1994
Caminhos da Escola	2007

Fonte: Elaboração própria, 2017.

Analisando o quadro 2, pode-se observar, que maioria dos programas foram desenvolvidos na década de 2000. E esse avanço nessa década foi devido a resultado de estudos e análises de censos e índices. Os resultados desses índices preocuparam então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), que conseguiu desenvolver políticas em várias esferas, que deram certo e conseguiu mudar o cenário do país. É importante destacar, que muitas dessas políticas desenvolvidas nos anos 2000, foram aprimoradas de outras políticas da década de 1990.

Após esse debate teórico que envolveu o contexto histórico dos indicadores e índices, apresentou a relação com território e políticas públicas, o próximo capítulo irá apresentar os índices sintéticos que serão analisados nesse trabalho. Apresentaremos quão importantes são o

IDHM e IBEU para que os municípios busquem o desenvolvimento territorial a partir da média final deles. Percebe-se como o Brasil evolui na questão do Desenvolvimento Humano, entretanto destaca-se que houve uma desaceleração na qualidade dos serviços urbanos.

CAPÍTULO 2: O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E O ÍNDICE DE BEM-ESTAR URBANO



Fonte: H.mais produções, Ano: 2016

*Viver aqui é está junto da beleza
Terra maravilhosa é tão linda a natureza
O teu raiar do sol nos traz amor e muita paz...*

(Everton Torres)

2.1 ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

No capítulo anterior, foi apresentado um debate teórico do o que são indicadores e índices sintéticos e qual sua importância para o desenvolvimento territorial a partir de políticas públicas. Um desses índices de tamanha importância, para a avaliação dos municípios, é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990 pela a Organização das Nações Unidas (ONU) e que se baseia em três indicadores, longevidade, educação e renda. Que será apresentado no próximo tópico.

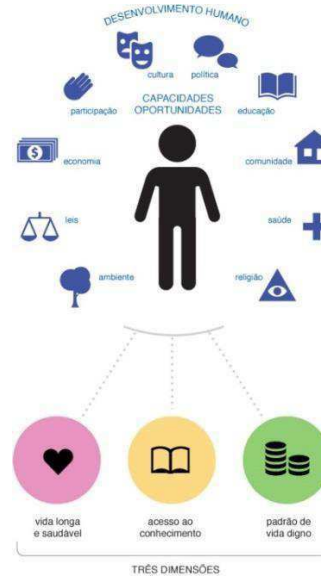
2.1.1 APRESENTAÇÃO DO IDH E IDHM

Antes de compreender todo contexto histórico, e surgimento do IDH, precisa-se entender o que seria o Desenvolvimento Humano, ou a busca pelo o desenvolvimento humano, pois é base para o surgimento do IDH. Primeiramente tem-se um conceito chave para entender o Desenvolvimento Humano que é dado pela a PNUD, e a outra é definição é pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Essas definições são fundamentais para a construção do IDH.

Desenvolvimento Humano é conceituado pela PNUD (1990) como “um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser.” Esse conceito de desenvolvimento Humano é fundamental para a elaboração do IDH. E para a construção desses conceitos é necessário olhar para escolhas da Figura 2 que são a partir delas que serão gerados capacidades e oportunidades para um bom desenvolvimento humano. No total são 9 escolhas para que haja uma qualidade de vida boa, são elas:

- 1. Cultura**
- 2. Política**
- 3. Educação**
- 4. Comunidade**
- 5. Participação**
- 6. Economia**
- 7. Leis**
- 8. Saúde**
- 9. Ambiente**

Figura 2: Capacidades e Oportunidades para o IDH



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2013.

Há outra definição usada para entender Desenvolvimento Humano é a do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1998), que fala é o “processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter”. Para entender a definição dado pelo atlas é preciso destacar a palavra liberdade que vai está ligada a lógica do desenvolvimento e vai se relacionar com as dimensões do IDH. De acordo com as capacidades e oportunidades que são essenciais para construção do IDH apresentando anteriormente na figura 2.

O conceito de IDH, segundo o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento no Brasil (PNUD) é que o IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O PNUD aponta que o objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Além do conceito chave dado pelo o PNUD, outras definições vão surgir, como a de Gall (1990, p.5 apud SANTAGADA, 1993, p.249) O qual ele aponta que o IDH

(...) se qualifica a condição humana e se classifica os países em função de seu êxito em remediar as necessidades humanas. (...) o resultado é um panorama novo e objetivo de como as vidas dos seres humanos se veem enriquecidas ou empobrecidas em todo o mundo, tanto nos países ricos como nos países pobres.

Outra definição encontrada é de Cerqueira (2013), o qual ele define IDH como um instrumento utilizado para analisar o desenvolvimento social de um país, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O estudo de IDH não fica restrito a escala global, mas também a escala municipal, através do IDH-M, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Segundo Kieling (2014) o Brasil foi um dos primeiros países a adaptar o IDH a nível municipal, em 1998. Desde então, vários países vêm desenvolvendo seus próprios índices municipais, adaptando o IDH Global às necessidades locais. O autor ainda aponta que:

[...] ao adaptar o IDH ao nível nacional, os indicadores podem variar. Conforme as diretrizes dos relatórios globais de desenvolvimento humano do PNUD, a escolha dos indicadores a serem utilizados deve ser baseada na disponibilidade de dados subnacionais e na contextualização com as realidades locais. No entanto, ao preservar as mesmas três dimensões – educação saúde e renda-, garante-se que o índice criado mantenha a padronização do IDH, enquanto as adequações metodológicas permitem um maior refinamento do índice municipal. (Kieling, 2014. p. 74)

Então percebe-se, que a diferença dos IDHs vai estar na metodologia e nos dados que vão ser trazidos, essa discussão sobre metodologia será abordada no próximo tópico. Kieling (2014) aponta o contexto histórico do surgimento do IDH-M, quando destaca que:

No Brasil, a partir de 1998, o IDH vem sendo adaptado metodologicamente a nível municipal pelo PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro. Para medir o nível de desenvolvimento humano dos municípios, as dimensões são as mesmas, porém alguns indicadores usados diferem em alguns aspectos, devido à disponibilidade de dados municipais e com o fim de melhor avaliar núcleos sociais menores. (Kieling, 2014. p. 75)

A partir desse lançamento nota-se, que o nível de escala diminui, facilitando assim a identificação de problemas no município, para que a partir disso possa surgir estudos para que haja o desenvolvimento de políticas públicas para o desenvolvimento humano do município. O desenvolvimento de políticas públicas é um dos objetivos para o surgimento do IDH-M, conforme é abordado pela a PNUD (1998):

A construção e adaptação de indicadores e de índices sintéticos de desenvolvimento humano para o Brasil permitirão uma análise fundamentada dos resultados das políticas nacionais em cada um dos municípios do país e em suas micro e macrorregiões. Será possível corrigir rumos, descentralizar com mais efetividade, localizar onde estão as principais carências e supri-las com eficiência. (PNUD, 1998, p.5)

Portanto o IDH-M vai ser um instrumento que irá facilitar compreensão dos problemas municipais. E apesar das críticas, a média lançada por esse índice produzirá o desenvolvimen-

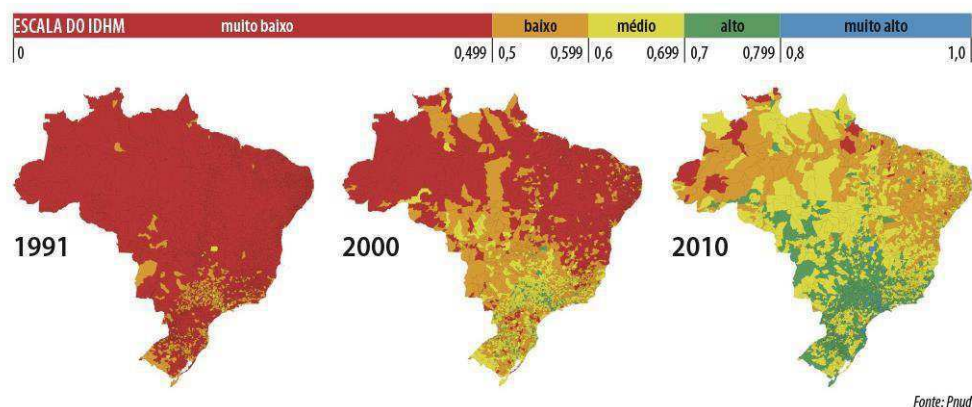
to de políticas públicas que poderão elevar esse índice, a partir de planejamento e investimentos.

O IDHM vai ter sua importância para este trabalho e pode ser considerado mais importante do IDH Global, pois sua escala de análise acaba sendo voltada só para o município. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, “o IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico.”

Sintetizando uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros e ao longo do tempo. Sendo assim o ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões. Porém é necessário olhar além dos números, pois como apresentado o IDHM é cálculo complexo que irá mostrar o resultado de três indicadores.

É interessante notar que no estudo do IDH-M, pode-se fazer comparações do decorrer dos anos e no caso do Brasil, podemos ver um avanço do IDHM, (Figura 3) principalmente entre os anos 2000 e de 2010, quando houve a criação de várias políticas públicas voltadas para o desenvolvimento humano das famílias do Brasil. Entre os programas estão os aqueles voltados para renda (bolsa família e seguro safra e etc.) e longevidade (farmácia popular) e na educação (creches e programas voltados para sustentar alunos na escola), na figura a seguir podemos ver esse avanço, o Brasil sai de proporções muito ruim em 1991, chegando a índices melhores em 2010.

FIGURA 3: Evolução do IDHM no Brasil.



Fonte: PNUD, 2013

Após essa apresentação de como ocorreu a construção teórica, é necessário compreender a metodologia de cálculo do IDH e do IDHM. Por isso o próximo tópico trabalhará com as dimensões e como são calculados o IDH e o IDHM.

2.1.2 METODOLOGIA DO IDH E DO IDHM

A metodologia para a construção da média geral do IDH, se dá com base em três indicadores, Longevidade, Educação e Renda, uma das explicações para entender esse cálculo é de Fakuda-Parr et al (2004, p.112):

Os três indicadores ou dimensões usados para a média do IDH podem ser explicado da seguinte maneira: No de Longevidade uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; No de educação no conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de 2/3) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de 1/3); e no de renda quando o habitante tem um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC — paridade de poder de compra).

Para compreender melhor a explicação anterior, a figura 4 irá explicar como é elaborado a composição do IDH Global.

FIGURA 4: Composição do IDH Global de 2011



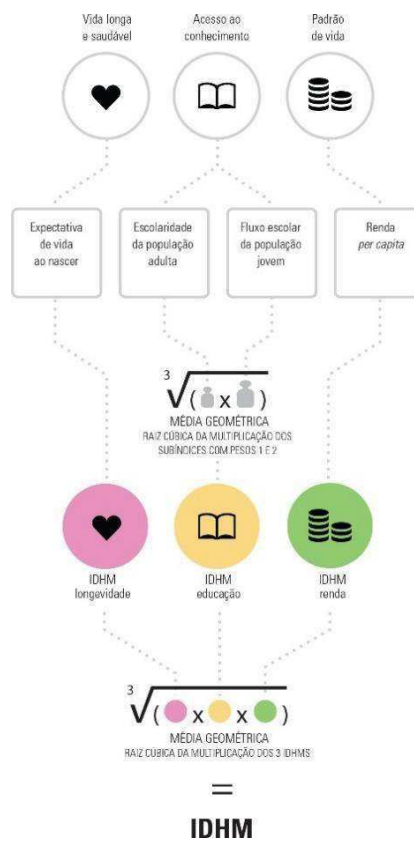
Fonte: PNUD/2016

Pode-se ver que, como discutido no capítulo anterior, vários indicadores irão formar o índice ou a média final. É muito provável que possa haver dificuldades para encontrar problemas, logo um indicador pode cobrir o outro, quando fazer a média final. Além da metodologia do IDH-global, precisamos entender como é calculado o IDHM, pois é o IDHM que vai analisado no próximo capítulo.

De acordo com o Atlas de Desenvolvimento o Humano (2016), o IDHM “possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do Censo e às características inatas do país. ”

O cálculo do IDHM, segundo a PNUD, teve sua metodologia ajustada ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores; além de adaptar a metodologia do IDH Global com às informações disponíveis nos Censos Demográficos brasileiros, de forma a garantir, com a utilização de uma única fonte de dados, a comparabilidade entre todos as unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e Unidades de Desenvolvimento Humano. Para assim facilitar o trabalho e até o desenvolvimento de políticas públicas, a seguir na figura 5 será mostrado a estrutura, do cálculo para se obter a média do IDHM.

FIGURA 5: Metodologia para a Obtenção da Média Final do IDHM



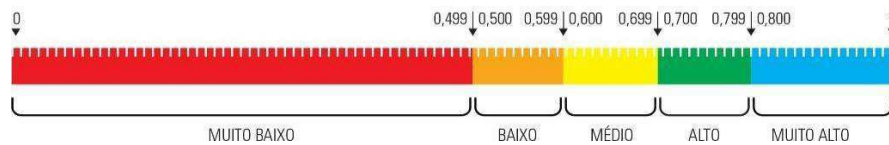
Fonte: PNUD/2016.

Vale destacar, que essa metodologia foi adaptada e desenvolvida por um grupo de pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA, para um estudo pioneiro sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros, realizado em 1996, com o apoio da FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais.

A análise ou leitura do IDH e do IDHM se baseia, pela a média final, que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 maior será o desenvolvimento do município, e quanto mais

próximo de 0, a necessidades de políticas públicas para o melhoramento do desenvolvimento humano nos municípios. Porém além do índice muito baixo e muito alto, existe o baixo o médio e o alto (Figura 6), podemos perceber na figura que até próximo de 0,6, temos níveis ruim, sendo isso um agravante, pois vemos índices muito baixos pelo o Brasil, na figura 2 desse capítulo, que apresenta o resultado Brasil.

FIGURA 6: Classificação e Interpretação do IDHM



Fonte: PNUD 2013

Além da análise do IDHM de Serra Branca, o trabalho fará a análise do Índice de Bem-Estar urbano (IBEU) que será apresentado no próximo tópico. Índice esse que mede a qualidade dos serviços urbanos, e a qual é de tamanha importância para desenvolvimento de políticas públicas.

2.2 – IBEU

O Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), criado em 2013 pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Observatório das Metrópoles. A primeira versão do livro só aborda dados das grandes metrópoles do Brasil, mas em 2016 foi lançado uma versão com todos os municípios brasileiros, chamado de IBEU-Municipal, pois abrangia todos os municípios do Brasil.

2.2.1 APRESENTAÇÃO DO IBEU

Para entendimento do IBEU-municipal precisamos compreender o que é o bem-estar, segundo Meneses e Possani (2015) a concepção de bem-estar:

Está normalmente vinculada à satisfação de necessidades concebidas no plano dos indivíduos e realizadas privadamente. Segundo essa visão utilitarista, os indivíduos são movidos pelo interesse de maximizar a realização do seu bem-estar por meio da satisfação de suas necessidades, traduzidas em bens e serviços precificáveis (MENESES E POSSANI, 2015. p. 7)

O bem-estar resume-se na busca pela a qualidade de vida, e associando essa ideia ao IBEU, afirma-se que o bem-estar se liga a qualidade dos serviços públicos, ou seja, quanto melhor o serviço na cidade, melhor o bem-estar da população. Outra definição de bem-estar e essa bem aceitável para o estudo do IBEU-municipal vem de Ribeiro e Ribeiro (2013) “um

conjunto de condições materiais de vida, a serem providas pela cidade e utilizadas de forma coletiva”. Essa definição se encaixa perfeitamente pois aborda o bem-estar associados a pessoas e qualidade de vida nas cidades.

A importância do IBEU para o desenvolvimento de políticas públicas é fundamental, pois o IBEU-Municipal foi calculado para todos os municípios brasileiros com informações no Censo Demográfico de 2010, que totaliza 5.565 municípios. Além disso o IBEU, só estudará o desenvolvimento do território urbano, baseado nas dimensões.

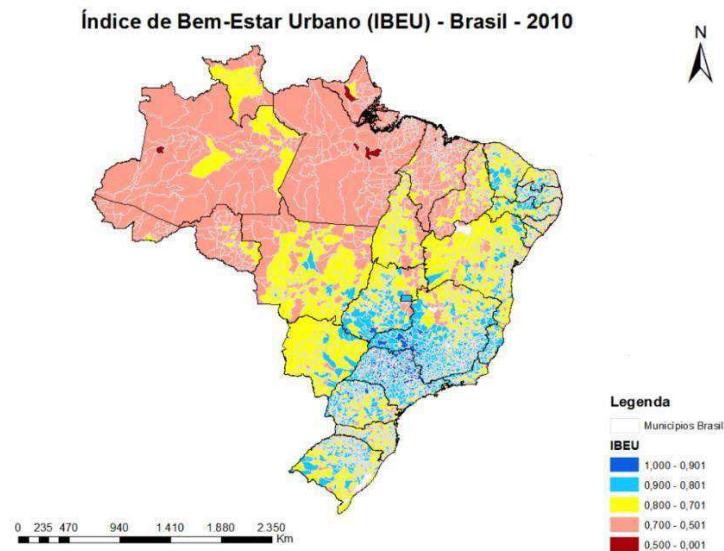
Segundo Ribeiro e Ribeiro (2013) organizadores do IBEU, O IBEU-Municipal procura avaliar a dimensão urbana do bem-estar usufruído pelos cidadãos brasileiros promovido pelo mercado, via o consumo mercantil, e pelos serviços sociais prestados pelo Estado. Tal dimensão está relacionada com as condições coletivas de vida promovidas pelo ambiente construído da cidade, nas escalas da habitação e da sua vizinhança próxima, e pelos equipamentos e serviços urbanos. O IBEU abre mais possibilidades para o estudo da qualidade urbana nos municípios por possuir mais indicadores.

Segundo os autores para sua construção do IBEU-Municipal, foram utilizadas as variáveis, a partir do Censo Demográfico do IBGE, de 2010. Apesar da distância de seis anos entre a obtenção dos dados e a divulgação dos resultados, o IBEU-Municipal ainda pode refletir as condições urbanas da maior parte dos municípios brasileiros. Como demonstrado por meio da atualização de alguns dos indicadores utilizados no IBEU-Municipal que estão disponíveis para outras escalas de análise existente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Além disso IBEU-Municipal, é composto por cinco dimensões que serão explicadas no tópico 2.2.2: Mobilidade Urbana, Condições Ambientais Urbanas, Condições Habitacionais Urbanas, Atendimento de Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana. Cada uma dessas dimensões é composta por número diferente de variáveis, mas todas elas contribuem com o mesmo peso para a definição do IBEU-Municipal.

É importante destacar, que pode haver um disfarce, a partir da média geral do IBEU-Municipal, pois a presença de vários indicadores, maior será a camuflagem da realidade. E caberá aos gestores, pararem para analisar o IBEU, considerando individualmente cada dimensão para que os problemas sejam identificados e que sejam desenvolvidas políticas públicas para a resolução dos problemas. Além de ir a campo para conhecimento melhor do problema para que não seja feito gasto de dinheiro público com políticas públicas falhas.

A figura 7 vai mostrar a situação, das cidades do Brasil, em relação à média do IBEU-Municipal, vale destacar que quanto mais próximo de 1 o bem-estar urbano é ótimo e próximo de 0 é muito ruim.

Figura 7: Média final do IBEU-Municipal, no Brasil.



Fonte: Observatório das metrópoles_2016.

Analisando a Figura 7, percebemos então que na região Norte há um predomínio de municípios com o IBEU muito baixo, representado pela a cor vermelha no mapa. Já no Sul e Sudeste há uma presença significativo de municípios com IBEU alto e muito alto, representado na cor azul. Já no Centro Oeste e Nordeste, temos um nível médio representado pela a cor amarela. De maneira geral, olhando por números, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (2013):

Apenas seis municípios apresentaram condições muito ruins e 273 apresentam condições muito boas de bem-estar urbano, correspondentes a 4,9% do total. Há 1.068 municípios com condições ruins de bem-estar urbano (19,2%). Em condições médias de bem-estar urbano há 2.298 municípios (41,3%), enquanto em condições boas de bem-estar urbano há 1.920 municípios (34,5%).” (Brasil, 2013)

Havendo assim, um grande número de cidades com o IBEU, médio e boa e poucos municípios com números ruins, porém ressalto mais uma vez que não devemos olhar só para média final e buscar analisar cada dimensão separadamente, para que os problemas sejam identificados.

Por fim o IBEU irá apresentar uma metodologia diferente do IDH e do IDHM, porém com o mesmo estilo de análise, que será apresentado a seguir, teremos que prestar atenção, pois será apresentado e explicado cada dimensão do IBEU, que é fundamental para análise do IBEU no município de Serra Branca.

2.2.2 – METODOLOGIA DO IBEU

Como apresentado no tópico 2.2.1, o IBEU tem como objetivo medir a qualidade dos serviços urbanos dos municípios. Ele apresenta cinco dimensões. É importante destacar que não foi criada mais dimensões porque toda metodologia se baseia com a base de dados oficiais no IBGE. Segundo Ribeiro, Ribeiro (2016): “É claro que há mais propriedades do urbano que podem contribuir para o bem-estar da população que as dimensões existentes no IBEU, mas como não estão disponíveis variáveis relativas a essas outras dimensões no Censo Demográfico torna-se difícil a sua apreensão”

Segundo Ribeiro, Ribeiro (2016) O IBEU-Municipal está compreendido em cinco dimensões:

- 1. Mobilidade urbana,**
- 2. Condições ambientais urbanas,**
- 3. Condições habitacionais urbanas,**
- 4. Atendimento de serviços coletivos urbanos**
- 5. Infraestrutura urbana.**

Todas essas dimensões foram definidas considerando as propriedades necessárias do espaço urbano que podem possibilitar condições coletivas de vida para seus habitantes. Ou seja, todas essas dimensões têm em comum a possibilidade de serem compreendidas a partir das condições urbanas que favorecem maior ou menor bem-estar para seus residentes.

Além disso, para compreender melhor como se chega à média final, é preciso que cada uma dessas dimensões seja explicada. De maneira geral cada dimensão foi utilizada de vários indicadores, para obtenção da média.

Segundo os organizadores “a dimensão de mobilidade urbana (D1) foi concebida a partir do indicador de deslocamento casa-trabalho” (RIBEIRO, 2016). Ou seja, se utilizará do tempo de deslocamento que as pessoas levam para chegar no trabalho, e voltar para casa. Segundo os organizadores, foi considerado como tempo de deslocamento adequado quando as pessoas gastam até 1 hora por dia no trajeto casa-trabalho. Assim, utiliza-se a proporção de

peças ocupadas que trabalham fora do domicílio e retornam para casa diariamente que gastam até 1 hora no trajeto casa-trabalho.

A segunda dimensão, D2, é a dimensão de condições ambientais, ela se utilizará de três indicadores arborização do entorno dos domicílios, esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e lixo acumulado no entorno dos domicílios. Os organizadores explicam que:

O indicador de arborização no entorno dos domicílios é obtido a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno possui arborização. O indicador de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios é construído a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui esgoto a céu aberto. O indicador de lixo acumulado no entorno dos domicílios é obtido a partir da proporção de pessoas que moram em domicílios cujo entorno não possui lixo acumulado (Ribeiro, Ribeiro 2016; Pág. 3-4)

A terceira dimensão, D3, é a dimensão de condições habitacionais, ela se utilizará de 5 indicadores aglomerado subnormal, densidade domiciliar, densidade morador/banheiro, material das paredes dos domicílios e espécie do domicílio. Sendo um dos mais complexos, os autores explicam cada indicador para entender a obtenção da média final dessa dimensão, eles falam que

O indicador aglomerado subnormal corresponde à proporção de pessoas do município que não moram em aglomerado subnormal. O indicador de densidade domiciliar é construído a partir da razão entre número de pessoas no domicílio e número de dormitório. Considerou-se como densidade domiciliar adequada quando havia até 2 pessoas por dormitório. No indicador de densidade domiciliar morador/banheiro, considerou-se como adequado o domicílio que possui até 4 pessoas por banheiro. No indicador de espécie dos domicílios, considerou-se como adequado os domicílios do tipo casa, casa de vila ou condomínio ou apartamento. Foram considerados como espécie de domicílios inadequados: habitação em casa de cômodo, cortiço ou cabeça de porco; tenda ou barraca; dentro de estabelecimento; (Ribeiro, Ribeiro 2016; Pág. 4)

A quarta dimensão, D4, é a dimensão de serviços coletivos e ela se baseia em 4 indicadores, atendimento adequado de água, atendimento adequado de esgoto, atendimento adequado de energia e coleta adequada de lixo. Não podemos confundir o D 4 com a D 2, pois ambas vão tratar de assuntos parecidos, porém com abordagens diferentes.

A última dimensão, D5, é a dimensão de infraestrutura urbana. Essa é a dimensão que compreende mais indicadores, no total 7. São elas: Iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio/guia, bueiro ou boca de lobo, rampa para cadeirantes e logradouros. Ribeiro, Ribeiro (2016) irão apontar que essa dimensão “expressa as condições de infraestrutura na cida-

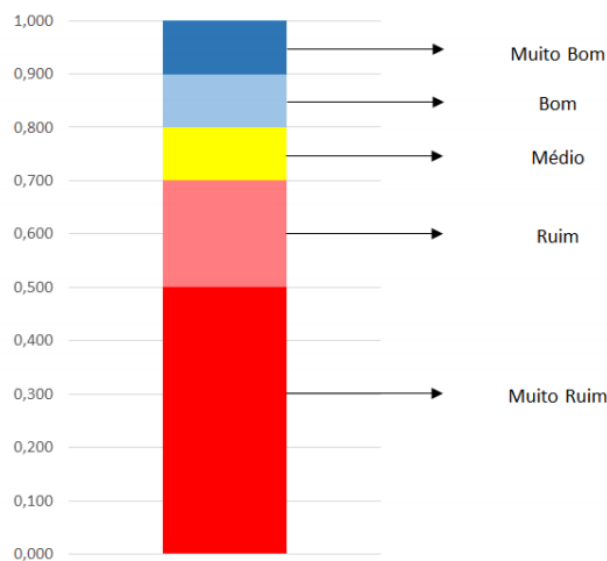
de que podem possibilitar (quando da sua existência) melhor qualidade de vida para pessoas, estando relacionados com a acessibilidade, saúde e outras dimensões do bem-estar urbano.”

Após entender cada dimensão e os indicadores presentes em cada uma delas, vamos entender como é realizado para obtenção da média final. Os autores explicam que:

[...] cada uma das dimensões que o compõe tem o mesmo peso, sendo consideradas de igual importância para garantia do bem-estar urbano. Porém, a composição de cada uma das dimensões obedeceria a quantidade e a característica dos indicadores a elas pertencentes. Assim, o IBEU-Municipal é construído pela média aritmética de suas cinco dimensões. E seu resultado varia entre zero e 1 – quanto mais próximo de 1, melhores são as condições de bem-estar urbano; quanto mais próximo de zero, piores são as condições de bem-estar urbano. (Ribeiro, Ribeiro, 2016; p. 5)

Então ao analisar, geração da média final, para o IBEU municipal, podemos ver que o método de análise do resultado, se identifica com o IDHM, com a mesma proposta volta de 0 – 1 e com mesmo tipo interpretação, só alterando a nomenclatura como podemos ver na Figura 8.

FIGURA 8: Classificação e Interpretação do IBEU-Municipal



Fonte IBEU Municipal, Índice de Bem-Estar Urbano dos municípios Brasileiros, p. 5, 2016

Após todo esse debate conceitual que envolve a apresentação e metodologia dos índices (IDHM e IBEU Municipal) que serão analisados no município. O próximo capítulo trará os resultados desses índices e fará um debate sobre os mesmos no município de Serra Branca. Além de uma apresentação do município interligando com algumas das dimensões do IDHM e do IBEU, visto nesse capítulo.

CAPÍTULO 3 –ANÁLISE DO IDHM E IBEU DE SERRA BRANCA.



Fonte: José Inaldo Lima, Ano 2016

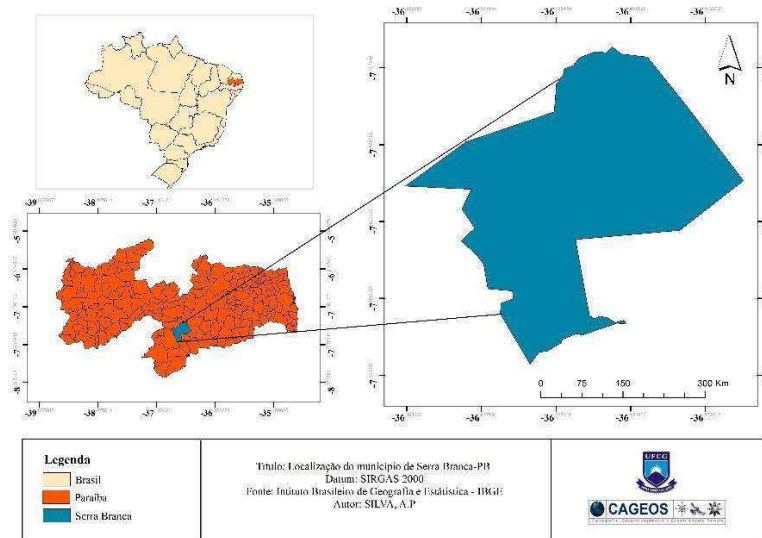
*[...]De Serra Branca o bom filho não tem mágoa,
Da sua água já bebeu e quer voltar.
Eu sou matuto e dou valor a minha terra, sou um
galego da serra, da Serra do Jatobá.*

(Adilson Medeiros)

3.1 CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS DE SERRA BRANCA – PB

Serra Branca é um município brasileiro, localizado no estado da Paraíba, na mesorregião da Borborema, e na parte central da microrregião do Cariri Ocidental (Figura 9). Está inserida na interseção das coordenadas geográficas de 07° 29' 00" latitude S e 36° 39' 54" longitude W. O município tem uma população estimada segundo o IBGE (2016) de 13.637 habitantes, possuindo uma área territorial de 686, 911km². A cidade de Serra Branca, está localizada a uma distância de 240 km da Capital João Pessoa.

FIGURA 9: Localização do município de Serra Branca – PB



Fonte: Ana Paula Silva ano: 2017.

O município está inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraíba, localizado no semiárido nordestino, Serra Branca tem uma área correspondente de 687,535 km², com uma densidade demográfica de 18,89 hab./km². Sua divisão territorial datada em 2007, consta que o município é constituído de 3 distritos: Serra Branca (Sede), Santa Luzia do Cariri e Sucuru. O município se limita com os municípios de São José dos Cordeiros e Parari ao Norte, ao Sul com os municípios do Congo e Coxixola, ao Leste com o município de São João do Cariri e ao Oeste com o município de Sumé.

A história do município de Serra Branca começa com a presença dos índios Cariris, e só no século XIX que houve a chegada de fazendeiros, segundo o IBGE, a primeira fazenda de gado, foi implantada por volta de 1820, e recebeu o nome de Jericó. Já em 1825 chegou José Pequeno e fundou uma propriedade às margens do rio Porção, com o objetivo de se proteger das grandes estiagens. Pouco tempo depois, Francisco Aprígio de Vasconcelos Brandão, instalando sua propriedade, comprou terras dos herdeiros de Souza Leão, talvez um dos pri-

meiros moradores do local. Vindo de Recife, em 1877, Antero da Cunha Torreão, fixou-se como comerciante e proprietário da fazenda Melada. Com ele, veio Francisco José Limeira que, em 1889, doou terras para a construção da capela. Em 1943, o topônimo foi mudado para Itamorotinga - em tupi: pedra-mó-toda-branca, ou simplesmente, pedra branca, alusão à serra Jatobá. Com o antigo nome de Serra Branca foi elevada à Cidade em 1947 e nela fixava a sede do Município, situação que permaneceu até 1951. A emancipação política foi alcançada em 27 de abril de 1959.

Voltando para os tempos atuais, atualmente a sede da cidade, conta com centro além de possuir onze bairros, que são eles, Ondozão, Zezinho Tranquilino, Campo da Aviação, Alto da Conceição, Pilão, Pereiros, Ahaú, Limeirão, Vertentes e Malvinas, além de contar com uma vasta área rural. A área urbana do município conta com uma população segundo o IBGE (2010) de 8.418, enquanto a zona rural chega a 4.555.

Analisando as dimensões do IDH estudada no capítulo anterior, na dimensão de educação o município irá contar com 16 escolas distribuída por todo território de município, no distrito sede (Serra Branca) vai contar com um total de 4 municipais, 2 escolas estaduais, e 5 escolas particulares. Já nos distritos as escolas vão estar distribuídas da seguinte forma, uma escola municipal no distrito de Sucuru e uma escola estadual e uma municipal no distrito de Santa Luzia, já na zona rural o município conta com duas escolas municipais uma na comunidade do Olho d'água do Padre e outra no sítio Capoeiras. Na área de educação o município ainda conta com uma creche, e o prédio onde funciona o Programa de Erradicação do Trabalho infantil (PETI).

Outra dimensão estudada é questão da de longevidade que está ligada aos serviços de saúde do município, então Serra Branca possui 12 postos do Programa Saúde da Família, além de um Hospital Geral. Além disso o município possui alguns consultórios particulares, além do programa farmácia popular.

A última dimensão do IDH, que é de Renda per capita, o município irá conter um PIB de R\$ 87.336.000 e o PIB per capita R\$ 6.526,23. Sua economia segundo o IBGE (2013) é baseada na agricultura de subsistência, comércio e principalmente no funcionalismo público. As principais culturas são milho e feijão. Na pecuária predomina a criação de caprinos e ovinos. Existe também uma pequena indústria de beneficiamento da castanha de caju na comunidade das Duas Serras.

Considerando a infraestrutura urbana, podemos apresentar o município relacionando aos indicadores das dimensões do IBEU, como vai ser apresentado no tópico 3.3. Dimensão que irá apresentar problema é a de serviços coletivos, ligado ao abastecimento e serviços de esgotos. Vale ressaltar que o município se encontra inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, dividido entre a região do Alto Paraíba e a sub-bacia do Rio Taperoá. Seus principais tributários são: os rios da Serra Branca e Sucuru, e todos os cursos d' água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico, porém esses rios recebem todo esgoto da cidade, prejudicando o ambiente urbano, afetando a qualidade da água, tornando-a imprópria para o consumo.

Na questão do abastecimento, o município sofre problemas, pois está inserido no semiárido nordestino, ele enfrentará longos períodos de estiagens, pois o clima predominante do município, de acordo com a classificação de Köppen (1956) é do tipo BSh, quente seco, ou seja, clima tropical quente e seco, a qual há ocorrência de precipitações durante três meses do ano (fevereiro – abril) e o resto do ano de escassez pluviométrica.

Embora o município conte com dois sistemas de abastecimentos, o Açude de Serra Branca I, conhecido como Açude Velho, e o Açude de Serra Branca II, ambos se encontram secos. O município é abastecido pela adutora do Congo, porém o grande período de estiagem que o semiárido vem passando, explicado no parágrafo anterior, o Açude do Congo está em colapso com 0% da sua capacidade (AESAs). Hoje o município está sendo abastecido pelo a adutora do açude da cidade de Sumé que se encontra em níveis baixíssimos de sua capacidade com 0,6% (AESAs). A esperança da população do município está nas águas da transposição previsto para chegar entre março e abril de 2017.

Após a apresentação do município, o tópico a seguir trará o resultado do IDHM (2010) no município, além da média final será apresentado a média de cada dimensão presente no IDHM.

3.2 O IDHM E SUAS DIMENSÕES EM SERRA BRANCA

Como visto no capítulo anterior, o IDHM é um índice importantíssimo, para desenvolvimento de políticas públicas nos municípios. Apesar de algumas críticas voltadas para a sua metodologia, é com essa média final que muitos dos gestores conhecem a realidade do município.

O município de Serra Branca, possui o IDHM no valor de 0,628, apresentando-se no nível médio. Além da média final do IDHM, precisamos olhar para as dimensões que são tra-

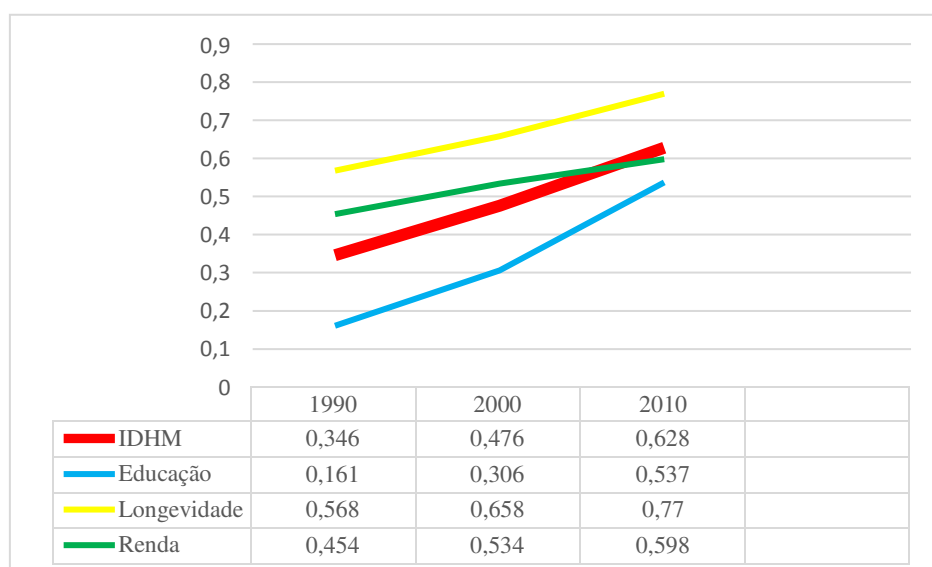
balhadas dentro do mesmo, na dimensão de educação o município tem um valor de 0,537, considerado baixo. Na média de longevidade, o município tem um valor 0,770 que corresponde a expectativa de vida do município o equivalente a 71, 22, nível muito bom. A última dimensão do IDHM, é o de renda per capita, o município tem o valor de 0,598, considerado no nível baixo.

Ao analisar a média final do IDHM, nota-se que ela está razoável, porém é preciso olhar para dimensões, principalmente a de educação. Apesar dos avanços que será mostrado no próximo tópico, a educação fica muito a desejar, ficando escondida entre as outras dimensões.

3.2.1 A EVOLUÇÃO DO IDHM E DE SUAS DIMENSÕES EM SERRA BRANCA

Após a apresentação do valor do IDHM e o de cada dimensão de Serra Branca, é importante analisar a evolução de ambos no decorrer de 20 anos. Nesse período de tempo, o município teve um crescimento significativo na média final do IDHM e respectivamente nas médias das dimensões. O PNUD (2013) destaca que entre 1991 e 2010, Serra Branca teve um incremento no seu IDHM de 81,50%. Superando a média de crescimento nacional (47,46%) e acima da média de crescimento estadual (72,25%). Já Entre 1991 e 2000 a PNUD (2013) fala que o IDHM passou de 0,346 em 1991 para 0,476 em 2000 - uma taxa de crescimento de 37,57%. Já entre 2000 e 2010 o PNUD (2013) aponta que o IDHM passou de 0,476 em 2000 para 0,628 em 2010 - uma taxa de crescimento de 31,93%. Essa evolução pode ser observada no gráfico 1.

GRÁFICO 1: Evolução Do IDHM e suas Dimensões Em Serra Branca - PB



Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados do PNUD – 2010

Analisando o gráfico, nota-se que a dimensão a qual mais houve evolução foi a da educação, seguido de longevidade e renda. Na dimensão de educação houve um aumento de 230%, saindo de nível muito baixo, 0,161 em 1991, para um nível baixo em 2010 com o valor de 0,537. Já na dimensão de longevidade, houve um aumento de 35,56%, saindo do nível baixo, 0,568 em 1991, para o nível alto em 2010 com o valor de 0,770. Já dimensão de renda houve um aumento de 31%, saindo de um muito baixo em 1991, no valor de 0,454, para um nível baixo em 2010, no valor de 0,598.

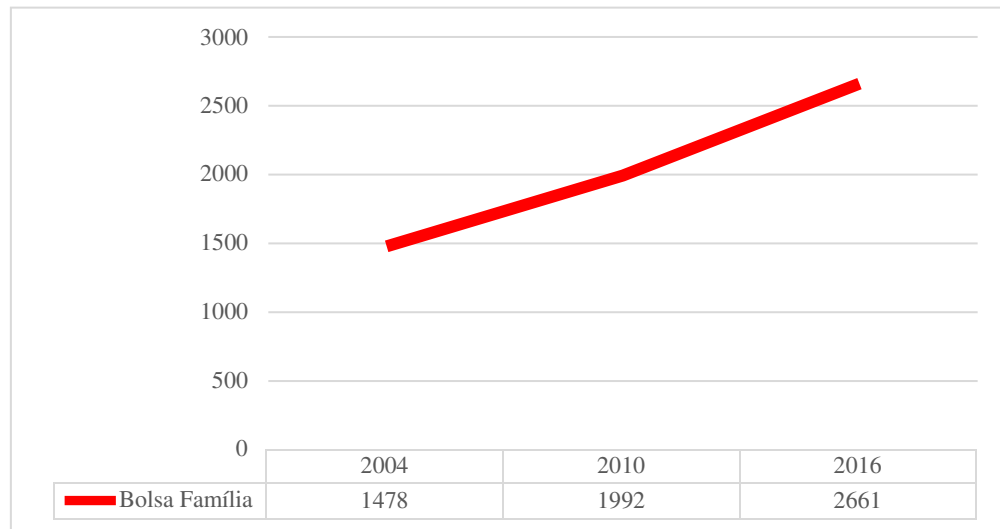
É importante destacar que é essa evolução se deu devido a implantação de políticas públicas no município principalmente nos anos 2000. Durante essa década (2001-2010) o município foi contemplado com diversas políticas sociais, que vão ser exposto a seguir.

Na área de educação o município foi contemplado com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil o PETI, no ano de 2001. Inicialmente o programa segundo a Secretaria de Assistência Social, o programa contava com 280, crianças e adolescentes, no ano de 2010 esse número passou para 342 alunos. Além disso, o município se fortaleceu com recursos em diversas políticas públicas voltadas para a educação.

O município só em 2010, em relação a transporte e merenda escolar, recebeu do governo federal e estadual o valor de R\$225.536.32, enquanto no começo da década de 2000, o município só recebeu a verba da merenda escolar, no valor de R\$42.286.00.

Na parte financeira, o município foi contemplado com vários programas de renda, entre eles o Bolsa família. O Bolsa Família é um programa assistencial de transferência direta de renda com condicionalidades, que atende famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 70,01 e R\$ 140) e extremamente pobres (renda mensal por pessoa de até R\$ 70) (IPEA, 2012). Quando iniciado em 2004, o município tinha 1.478 beneficiários. Em 2010 ano da realização do IDHM, o município já contava com 1.992 beneficiários do programa, um aumento de 34,7% em relação ao ano de 2004. Atualmente município conta com 2.661 beneficiários. Essa evolução do programa na cidade pode-se ser observada no Gráfico 2, e de acordo com o secretário de assistência social do município o aumento da população do município e ampliação do programa ocasionou o aumento de beneficiários do bolsa família.

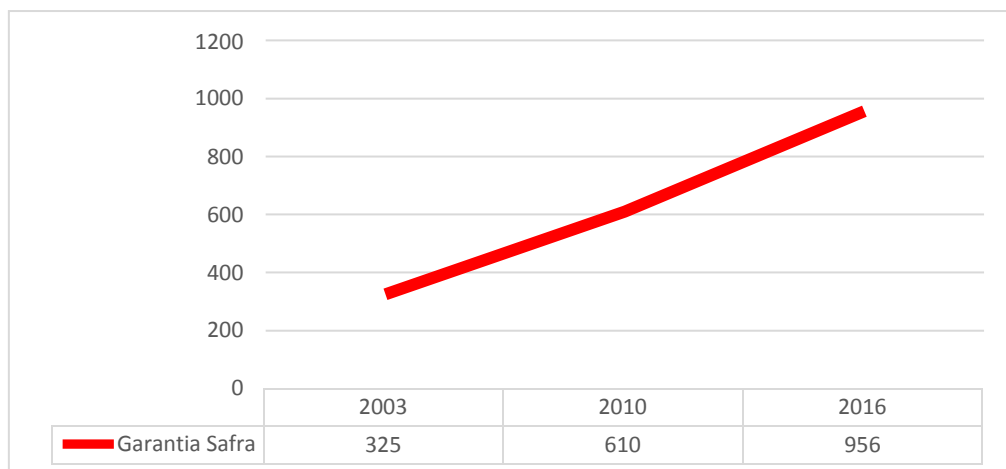
GRÁFICO 2: Evolução do Número de Beneficiários Bolsa Família em Serra Branca - PB



Fonte: Elaboração própria, Ano 2017 atualização dos dados do IBGE.

Além do bolsa família, outra política pública voltada para a renda, é o garantia safra. O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e segundo a secretária de agricultura a cada ano o número de beneficiários varia. No seu surgimento no ano de 2003, segundo o Ministério da Agricultura, Serra Branca possui 325 beneficiários, passando para 670 em 2010 e fechou o ano de 2016 com 956 benefícios do garantia safra. (Gráfico 3)

GRÁFICO 2: Evolução do Número de Beneficiários do Garantia Safra em Serra Branca - PB



Fonte: Elaboração própria, Ano 2017 atualização dos dados do IBGE.

Outro elemento importante para o aumento dos indicadores de renda no município é a implementação dos benefícios para os produtores de leite de cabra e vacas, que está ligado ao Programa Leite da Paraíba, criado em 2003 os produtores de leite responsáveis pela industrialização, pasteurização do leite além da entrega nos pontos de distribuição, no município o programa começou em baixa, pela a falta de informação dos agricultores, inicialmente segundo a Secretaria de Agropecuária e Pesca o município só contava com 8 beneficiários, passando para 81 benefícios.

Em relação a longevidade, Serra Branca teve um avanço em diversos aspectos, o primeiro aspecto é Proporção de crianças menores de 2 anos desnutridas, segundo o Ministério da Saúde (2010) no começo dos anos 2000, Serra Branca possuía 5% das crianças menores de dois anos desnutridas, enquanto em 2010 o valor chega apenas 1.8%. Já em relação A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano), segundo a IBGE (2010) o município Serra Branca reduziu 46%, passando de 44,1 por mil nascidos vivos em 2000 para 23,8 por mil nascidos vivos em 2010.

A alteração desses indicadores se deu por meio de algumas políticas públicas federais entre ela o programa do Pão e Leite, que distribui leite e pão, para beneficiários do Bolsa Família, no ano de 2010, o município contava 1996 beneficiários. Outro fator importante para o aumento da longevidade e queda na mortalidade é a vacinação, durante a última década houve um grande investimento nos programas de vacinação, o município em 2011, segundo o Ministério da Saúde (2011), 99,0% das crianças menores de 1 ano estavam com a carteira de vacinação em dia. Enquanto no ano de 2000, 91. 7% das crianças estava com as carteiras de vacinação em dia.

Além dos cuidados com as crianças o município conta com programas voltado para a terceira idade, que aumentam a qualidade de vida e posteriormente a longevidade, Segundo a secretaria da saúde do município, desenvolve uma assistência aos idosos do no município de Serra Branca como é constado na Política Nacional de atenção à Saúde do Idoso é a política que objetiva, no Sistema Único de Saúde (SUS), garantir atenção integral à Saúde da população idosa, com ênfase no envelhecimento saudável e ativo.

Após essa apresentação de dados e o debate das políticas públicas, presentes no município e que ajuda no desenvolvimento do IDH, é preciso conhecer com Serra Branca está em relação ao Brasil, a Paraíba, em relação aos grandes municípios do estado e em relação ao Cariri Ocidental. Todo esse debate será feito no próximo capítulo, além disso tratará de uma

pequena comparação se colocando Serra Branca como país, a quais países eles se igualaria ou estaria superior.

3.2.2 SERRA BRANCA EM RELAÇÃO AO BRASIL A PARAÍBA E AO CARIRI OCIDENTAL NO IDHM.

Olhando todos os territórios municipais no Brasil, Serra Branca ocupa a 3519ª posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 3518 (63,22%) municípios estão em situação melhor e 2.047 (36,78%) municípios estão em situação igual ou pior. Já em relação aos 223 outros municípios de Paraíba, segundo a PNUD (2013) Serra Branca ocupa a 19ª posição, sendo que 18 (8,07%) municípios estão em situação melhor e 205 (91,93%) municípios estão em situação pior ou igual.

Em comparação com estado da Paraíba, a diferença é muito pequena enquanto o estado possui o IDH de 0,658, Serra Branca tem um IDHM de 0,628. Já em relação à média do IDH do Brasil em 2010 o valor era 0,699 e enquanto o de Serra Branca é 0,629. Em relação aos principais municípios do estado, Serra Branca fica atrás de sete municípios, ficando à frente apenas de Santa Rita, como será visto na tabela 1.

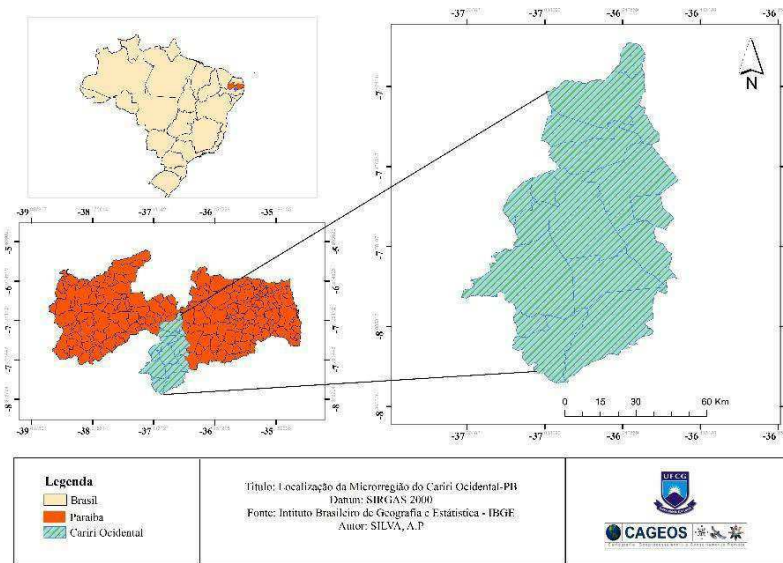
TABELA 1: Serra Branca em Relação aos Principais Municípios do Estado.

Municípios	Ranking Estadual	IDHM
João Pessoa	1º	0,763
Cabedelo	2º	0,748
Campina Grande	3º	0,720
Patos	5º	0,701
Cajazeiras	7º	0,679
Guarabira	8º	0,673
Sousa	9º	0,668
Bayeux	10º	0,649
Serra Branca	19º	0,628
Santa Rita	23º	0,627

Fonte: Sousa, 2017, atualização dos dados do PNUD (2013)

É interessante notar que, embora Serra Branca fique atrás de sete municípios “grande”, ela está no mesmo nível de Bayeux, Sousa, Guarabira e Cajazeiras, todas no nível médio.

Além das cidades principais do estado, outra comparação importante para esse tópico é com as cidades da microrregião do Cariri Ocidental, microrregião a qual o município está inserido. Segundo o IBGE (2015), sua população foi estimada em 127.274 habitantes e estando dividida em dezessete municípios (Figura 10). Possuindo uma área total de 6.983,601 km², distribuído em 17 municípios.

Figura 10: Mapa de Localização do Cariri Ocidental

Fonte: Ana Paula Silva ano: 2017.

Com isso na tabela a seguir será mostrado a posição de Serra Branca em relação aos 17 municípios do Cariri Ocidental. Nota-se que o município fica na segunda posição em relação ao Cariri Ocidental, ficando atrás só do município de Coxixola. Vale destacar que Serra Branca até o último IDHM (2010), está na frente de cidades referências do Cariri, como Sumé e Monteiro.

TABELA 2: Comparação do IDHM de Serra Branca com os municípios do Cariri Ocidental

Municípios	Ranking Estadual	IDHM
Coxixola	11°	0,641
Serra Branca	19°	0,628
Monteiro	20°	0,628
Sumé	21°	0,627
Zabelê	29°	0,623
Ouro Velho	44°	0,614
Assunção	50°	0,609
Prata	52°	0,608
Amparo	63°	0,606
Parari	110°	0,584
São Sebastião do Umbuzeiro	115°	0,581
Congo	118°	0,581
Taperoá	129°	0,578
Camalaú	159°	0,567
Livramento	165°	0,566
São José dos Cordeiros	186°	0,556
São João do Tigre	191°	0,552

Fonte: Elaboração própria, atualização dos dados do PNUD (2013)

Além da comparação da média final, precisamos olhar também para as dimensões, e com isso, vai ser observado que a posição de Serra Branca, muda de acordo com a dimensão. Na tabela 3, temos a dimensão de educação, a qual é a que mais se altera. Caindo 3 posições em relação à média final do IDHM, ficando em quinto lugar. Ficando atrás de municípios menores, Zabelê, Coxixola e Amparo.

TABELA 3: Comparação pela a Dimensão de Educação do IDHM.

Municípios	Educação	Ranking Estadual	IDHM
Zabelê	0,587	29°	0,623
Coxixola	0,567	11°	0,641
Monteiro	0,567	20°	0,628
Amparo	0,567	63°	0,606
Serra Branca	0,537	19°	0,628
Sumé	0,534	21°	0,627
Ouro Velho	0,518	44°	0,614
Prata	0,514	52°	0,608
Assunção	0,510	50°	0,609
Congo	0,477	118°	0,584
Livramento	0,473	165°	0,566
Parari	0,467	110°	0,581
São Sebastião do Umbuzeiro	0,459	115°	0,581
Taperoá	0,456	129°	0,578
Camalaú	0,431	159°	0,567
São João do Tigre	0,424	191°	0,552
São José dos Cordeiros	0,407	186°	0,556

Fonte: Elaboração própria, atualização dos dados do PNUD (2013)

É importante destacar nessa tabela a superioridade de Serra Branca sobre o município de Sumé, em relação a educação. Essa superioridade se dar por causa, do indicador de taxa e frequência e conclusão no ensino fundamental, em 2010. Segundo o IBGE (2010) o município de Sumé 11,8% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 42,1%. Enquanto em Serra Branca, segundo o IBGE (2010) 10,6% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental. A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 47,9%. Já em relação alfabetização dos jovens e adultos Sumé também se encontra abaixo, o percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 94,2%. Enquanto em Serra Branca, era de 96,2%. Nota-se assim que algumas políticas públicas, citadas no tópico anterior, foram eficazes, para que a educação se desenvolvesse, e superasse o município de Sumé, o qual é referência, em educação por possuir o campus da Universidade Federal de Campina Grande.

Ainda analisando a tabela, nota-se uma diferença enorme, entre Serra Branca, e os municípios de São José dos Cordeiros, São João do Tigre e Camalaú, seria importante que se realizasse conferências, seminários, para essa microrregião. Para que os municípios, compartilhassem políticas públicas que deram certo no âmbito da educação, para que os próximos índices evoluíssem e fossem exemplo para o Brasil.

Na dimensão de longevidade (Tabela 4), todas os municípios irão apresentar um nível alto. Serra Branca em relação à média final, ficará em quarto lugar, atrás dos municípios de Coxixola, São José dos Cordeiros e Prata.

TABELA 4: Comparação pela Dimensão de Longevidade.

Municípios	Longevidade	Ranking Estadual	IDHM
Coxixola	0,794	15°	0,641
São José dos Cordeiros	0,778	186°	0,556
Prata	0,772	52°	0,602
Serra Branca	0,770	19°	0,628
Camalaú	0,770	159°	0,567
Sumé	0,765	21°	0,627
Ouro Velho	0,764	44°	0,614
São Sebastião do Umbuzeiro	0,763	115°	0,581
São João do Tigre	0,758	191°	0,552
Amparo	0,752	63°	0,606
Taperoá	0,749	129°	0,578
Assunção	0,738	50°	0,609
Parari	0,733	110°	0,581
Livramento	0,732	165°	0,566
Congo	0,731	118°	0,584
Zabelê	0,725	29°	0,623
Monteiro	0,709	20°	0,628

Fonte: Elaboração própria, atualização dos dados do PNUD (2013)

A última dimensão do IDHM é o de renda (Tabela 5), nota-se que Serra Branca encontra-se em 4 lugar, atrás das duas cidades referências do Cariri, Sumé e Monteiro.

TABELA 5: Comparação pela Dimensão de Renda per capita

Municípios	Renda	Ranking Estadual (IDH-M)	IDHM
Monteiro	0,625	20°	0,628
Sumé	0,602	21°	0,627
Assunção	0,601	50°	0,609
Serra Branca	0,598	19°	0,628
Coxixola	0,586	15°	0,641
Ouro Velho	0,585	44°	0,614
Parari	0,583	110°	0,581
Zabelê	0,567	29°	0,623
Prata	0,566	52°	0,602
Taperoá	0,564	129°	0,578
Congo	0,562	118°	0,584
São Sebastião do Umbuzeiro	0,561	115°	0,581
Camalaú	0,549	159°	0,567
São José dos Cordeiros	0,542	186°	0,556
Livramento	0,523	165°	0,566
São João do Tigre	0,523	191°	0,552

Fonte: Elaboração própria, atualização dos dados do PNUD (2013)

É importante destacar, que não há indústrias no município de Serra Branca, diferente dos municípios de Sumé e Monteiro, além disso há outros atrativos que fazem eles serem mais desenvolvida na questão de Renda, a primeira é presença da UFCG em Sumé e da Universidade Estadual da Paraíba em Monteiro, que atrai mais moradores e respectivamente o fortalecimento da economia. Outra questão está ligada ao Turismo que ambas cidades têm destaque na região.

Outra comparação interessante com o IDHM, é comparar Serra Branca a alguns países do mundo para saber qual ele se parece o fica superior de acordo com IDH e IDHM de 2010. Com base no resultado Serra Branca apresenta em nível médio com 0,628, superando 72 países. Entre eles dois países que são considerados emergentes África do Sul com a média de 0,597 e a Índia com 0,519. É importante destacar que Serra Branca fica superior só a países do continente africano e do asiático, e alguns países da América Central.

Finalizando essas comparações é importante destacar que para o IDHM evoluir é preciso que haja investimento de recursos e políticas públicas do Governo Federal e do Governo do Estado, diferente do IBEU que para que haja avanço, é preciso da ação e do investimento

do poder municipal (prefeitura). No próximo tópico será apresentado e analisado o IBEU e suas dimensões.

3.3 IBEU DE SERRA BRANCA

Após apresentação e análise do IDHM de Serra Branca, outro índice que vai ser analisado é o IBEU de Serra Branca. Índice esse que se apresenta em nível médio com o valor 0,772. Em primeiro momento, nota-se que o bem-estar, está razoável, e que só precisa de algumas mudanças no município. É necessário olhar além dessa média final, para compreender como estão as condições urbanas de Serra Branca.

A primeira dimensão do IBEU, a dimensão de Mobilidade Urbana, tem o valor de 0,979, valor aceitável, visto que a cidade é pequena. Facilitando assim o deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa em menos de uma hora.

A segunda dimensão, a dimensão de Condições Ambientais Urbanas, tem o valor de 0,896. Valor este, considerado alto. As condições ambientais urbanas do município estão agradáveis, com uma boa quantidade de árvores sem a presença de Lixo entorno das casas. Porém vale ressaltar, que há falta da educação ambiental na população, deixa essa dimensão a desejar, pois é comum encontrar nos terrenos baldios da área urbana a presença de lixo. Além disso, por não haver o sistema adequado de tratamento, maioria do esgoto da cidade vai para os mananciais.

Ainda nessa dimensão temos um agravante, pois é comum encontrar, na periferia da cidade, áreas com esgoto a céu aberto, logo esse problema vai estar ligado diretamente à prefeitura, que irá ligar a dimensão de infraestrutura urbana que a falta de pavimentação na cidade, muitas vezes nesses locais o sistema de esgoto não é bem coletado, sendo lançado na própria rua.

A terceira dimensão, é dimensão de condições habitacionais urbanas, que possui o valor de 0,894. O município declarou, que em 2008, não existirem loteamentos irregulares e também favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados. O IBGE (2010) fala que o município em 2010, não havia moradores urbanos vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares). A proporção de moradores, em 2010, com acesso ao direito de propriedade (própria ou alugada) atinge 89,5%.

A quarta dimensão e, onde devemos olhar com mais cuidado é a de Serviços Coletivos Urbanos com o valor de 0,699. Segundo o IBGE (2010), 97,5% dos moradores urbanos con-

tavam com o serviço de coleta de resíduos e 96,5% tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (uso exclusivo). Neste Município, em 2010, 71,2% dos moradores tinham acesso à rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo e 24,3% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas.

O transporte do lixo é feito por 03 veículos (caminhão D70), porém são antigos e em péssimo estado de conservação além de não ser do tipo recomendada para o transporte de lixo, pois, dentre outros motivos, a carrocerias são abertas e de madeira não evitando que algum resíduo seja derrubado no percurso. Já que o problema maior está na questão da coleta e destinação do lixo, seria necessário que a gestão municipal desse um destaque para o Plano Nacional de Resíduos Sólidos e buscasse as soluções apontadas nele e com isso fosse feito um Plano municipal.

Ainda na questão de serviços coletivos, outro problema é a questão da coleta de esgoto. O município encontra com a obra paralisada do esgotamento sanitário. Obra está começada em 2013 e tem uma extensão de rede coletora de 18.792,58 metros com 1448 ligações domiciliares, além de uma estação elevatória e bombeamento de 1.962,5 metros. O valor da obra é de R\$ 8.000.000,00. Esse problema não é só identificado em Serra Branca, mas na maioria das cidades que está sendo feito. O tratamento do esgoto é uma das metas para que as águas da transposição cheguem nos municípios.

A última dimensão, é a que mais deixa a desejar e se esconde pela a média final, que é a dimensão de infraestrutura urbana, a qual temos o valor de 0,433. Uma preocupação para o município, visto que, a infraestrutura urbana é essencial para que a cidade não sofra com problemas urbanos. Um dos indicadores que sofram menos problemas é a questão de iluminação pública.

Porém os outros indicadores dessa dimensão deixam a desejar. Em relação à pavimentação, temos parte central quase toda pavimentada, com paralelepípedos, em relação a pavimentação com afasto, só temos um trecho pavimentado que é avenida principal que liga o bairro do Alto da Conceição ao centro. O município apresenta muitos trechos não pavimentados, principalmente nos bairros de baixa renda, causando transtornos e até doenças, por causa da presença de esgoto a céu aberto.

Na questão de acessibilidade e das rampas, Serra Branca não é uma cidade acessível, com presença de poucas rampas, e calçadas, que não estão apropriadas para deficientes. Em relação a situação das praças do município, Serra Branca conta com 4 praças, 3 no distrito

sede e uma no distrito de Santa Luzia. Sendo a praça Joaquim Gaudêncio única área de lazer, ainda que está estado agradável para a população. As outras praças estão deterioradas, e mal utilizada pela a população. É preciso que a atual gestão busque o aperfeiçoamento desses logradouros para que qualidade da infraestrutura melhore.

Como o IBEU municipal foi lançado em 2016, não haverá o tópico de evolução do Bem-Estar Urbano no município. Então o próximo tópico mostrará a comparação dos resultados do IBEU de Serra Branca com os grandes municípios do estado de acordo com a população. Além de comparar o resultado de Serra Branca com os municípios do Cariri Ocidental.

3.3.1 SERRA BRANCA EM RELAÇÃO AO BRASIL, A PARAÍBA E AO CARIRI OCIDENTAL NO IBEU.

Serra Branca em relação à média nacional do Brasil, está igual ambas com a média final de 0,772. Serra Branca na posição nacional está situada 2953º, encontrando em situação melhor ou igual a 2. 612 municípios brasileiros. Já em relação ao estado da Paraíba, Serra Branca encontra-se inferior à média estadual. Serra Branca com 0,772, e o estado da Paraíba com a média de 0, 783. Serra Branca na média estadual se encontra na 136º, encontrando-se em situação melhor ou igual a 86 municípios do estado.

Em relação as principais cidades do Estado de acordo com a quantidade de habitantes, temos Serra Branca na 7º posição (tabela 6). Ficando à frente dos municípios de Cabedelo, Santa Rita e Bayeux, vale notar analisando a tabela 6, que o município de Serra Branca não encontra em uma grande distância para os outros municípios. Encontrando uma diferença entre Serra Branca e Patos que é a primeira colocada em relação aos grandes municípios, só de 0.062. E em relação a capital do estado João Pessoa a diferença é de 0.027.

TABELA 6: Serra Branca em relação aos Grandes Municípios da Paraíba

Municípios	Ranking Nacional	IBEU
Patos	1386º	0,834
Campina Grande	1471º	0,830
Cajazeiras	1519º	0,828
Guarabira	1758º	0,817
Sousa	1826º	0,814
João Pessoa	2225º	0,799
Serra Branca	2953º	0,772
Cabedelo	3529º	0,742
Santa Rita	4456º	0,703
Bayeux	4779º	0,681

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrôpoles (2016)

Diferente do IDHM, Serra Branca, não se encontra numa posição agradável em relação as cidades do cariri ocidental, se apresentando na 15°. Superando os municípios da Prata, Amparo e Assunção. (Tabela 7).

TABELA 7: IBEU de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental

Municípios	Ranking Nacional	IBEU
Coxixola	562°	0,879
São José dos Cordeiros	674°	0,873
Zabelê	1045°	0,851
Monteiro	1525°	0,828
São Sebastião do Umbuzeiro	1527°	0,828
Congo	1545°	0,827
Taperoá	1691°	0,820
Sumé	1906°	0,811
Camalaú	2042°	0,806
Ouro Velho	2169°	0,801
São João do Tigre	2363°	0,794
Parari	2488°	0,789
Livramento	2861°	0,775
Amparo	2913°	0,773
Serra Branca	2953°	0,772
Prata	3538°	0,746
Assunção	4178°	0,719

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrópoles (2016)

Ao comparar a Serra Branca, aos demais municípios do Cariri Ocidental na primeira dimensão (Tabela 8), Serra Branca se encontra na 16° colocação, porém não é situação grave, pois todos os municípios estão no nível muito alto.

TABELA 8: Dimensão de Mobilidade Urbana de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental

Municípios	D1	Ranking Nacional	IBEU
Zabelê	0,995	1045°	0,851
Ouro Velho	0,995	2169°	0,801
Congo	0,990	1545°	0,827
Camalaú	0,988	2042°	0,806
Coxixola	0,984	562°	0,879
Prata	0,979	3538°	0,746
Monteiro	0,978	1525°	0,828
Parari	0,976	2488°	0,789
Assunção	0,975	4178°	0,719
Sumé	0,974	1906°	0,811
São Sebastião do Umbuzeiro	0,974	1527°	0,828
São José dos Cordeiros	0,971	674°	0,873
Amparo	0,960	2913°	0,773
Taperoá	0,952	1691°	0,820
Livramento	0,950	2861°	0,775

Serra Branca	0,937	2953°	0,772
São João do Tigre	0,929	2363°	0,794

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrôpoles (2016)

Vale destacar que analisando a tabela 7 é que Serra Branca fica atrás dos dois municípios maiores da microrregião (Sumé e Monteiro), que na teoria deveria haver mais problemas na mobilidade urbana do que o município de Serra Branca. Ainda pode-se notar na tabela que a média da dimensão está superior à média do IBEU.

Em relação as condições ambientais urbanas (Tabela 9), Serra Branca encontra-se em 11º lugar, superando os municípios de Sumé e Monteiro.

TABELA 9: Dimensão de Condições Ambientais Urbana de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental

Municípios	D2	Ranking Nacional	IBEU
Coxixola	0,993	562°	0,879
São José dos Cordeiros	0,961	674°	0,873
Ouro Velho	0,961	2169°	0,801
Zabelê	0,949	1045°	0,851
Congo	0,935	1545°	0,827
Taperoá	0,935	1691°	0,820
São João do Tigre	0,929	2363°	0,794
São Sebastião do Umbuzeiro	0,920	1527°	0,828
Parari	0,918	2488°	0,789
Camalaú	0,899	2042°	0,806
Serra Branca	0,896	2953°	0,772
Monteiro	0,895	1525°	0,828
Sumé	0,893	1906°	0,811
Amparo	0,881	2913°	0,773
Livramento	0,804	2861°	0,775
Prata	0,767	3538°	0,746
Assunção	0,761	4178°	0,719

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrôpoles (2016)

Na tabela 10, Serra Branca apresenta-se na 10ª posição, todos os municípios se encontram em nível alto, superando a média final do IBEU. Ao pesquisar no IBGE (2010) todos os municípios declararam que não existem loteamentos irregulares e também favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados.

TABELA 10: Dimensão de Condições Habitacionais Urbanas de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental

Municípios	D3	Ranking Nacional	IBEU
Coxixola	0,953	562°	0,879
Parari	0,935	2488°	0,789

Zabelê	0,923	1045°	0,851
São Sebastião do Umbuzeiro	0,918	1527°	0,828
Congo	0,916	1545°	0,827
Camalaú	0,913	2042°	0,806
São José dos Cordeiros	0,912	674°	0,873
Sumé	0,908	1906°	0,811
Ouro Velho	0,905	2169°	0,801
Monteiro	0,894	1525°	0,828
Serra Branca	0,894	2953°	0,772
Taperoá	0,885	1691°	0,820
Livramento	0,882	2861°	0,775
Amparo	0,876	2913°	0,773
Prata	0,872	3538°	0,746
São João do Tigre	0,837	2363°	0,794
Assunção	0,814	4178°	0,719

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrôpoles (2016)

Na tabela 11, em relação aos serviços coletivos do município, Serra Branca se encontra em 12° e com uma diferença enorme para a primeira colocada, São José dos Cordeiros. E olhando detalhado o maior problema dimensão está ligado a questão do serviço de coleta de lixo. Seria interessante que os municípios discutissem em conjunto uma saída para o problema do Lixo, uma solução seria a implementação do Plano Integrado de Resíduos Sólidos para o Cariri Ocidental, onde os municípios poderiam fazer consórcios para que haja uma coleta e uma destinação final para que assim houvesse um melhoramento nos indicadores de coleta de lixo, principalmente nos municípios abaixo da média de 0,6.

TABELA 11: Dimensão de Serviços Coletivos de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental

Municípios	D4	Ranking Nacional	IBEU
São José dos Cordeiros	0,945	674°	0,873
Taperoá	0,930	1691°	0,820
Monteiro	0,911	1525°	0,828
Coxixola	0,877	562°	0,879
Zabelê	0,870	1045°	0,851
Congo	0,794	1545°	0,827
São Sebastião do Umbuzeiro	0,791	1527°	0,828
São João do Tigre	0,730	2363°	0,794
Camalaú	0,721	2042°	0,806
Sumé	0,707	1906°	0,811
Serra Branca	0,699	2953°	0,772
Amparo	0,660	2913°	0,773
Parari	0,639	2488°	0,789
Livramento	0,627	2861°	0,773
Assunção	0,617	4178°	0,719
Ouro Velho	0,577	2169°	0,801
Prata	0,570	3538°	0,746

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrópoles (2016)

Vale destacar ainda nos serviços coletivos que a maioria dos municípios do Cariri, encontram-se com obras paralisadas do esgotamento sanitário, sendo um agravante pois como foi apresentada no tópico anterior, para as águas da transposição chegar nas cidades é preciso ao coleta e tratamento de esgoto adequado. Além disso essas obras paralisadas causaram caos nos municípios, principalmente na questão da pavimentação.

A Infraestrutura Urbana é a dimensão, onde os municípios vão apresentar os piores números para a obtenção da média final do IBEU. Os níveis irão variar de médio para muito baixo, o município de Serra Branca em relação aos outros fica na 15º posição.

Tabela 12: Dimensão de Infraestrutura Urbana de Serra Branca em relação aos Municípios do Cariri Ocidental

Municípios	D5	Ranking Nacional	IBEU
Livramento	0,613	2861º	0,775
Coxixola	0,589	562º	0,879
São José dos Cordeiros	0,576	674º	0,873
Sumé	0,576	1906º	0,811
Ouro Velho	0,568	2169º	0,801
São João do Tigre	0,547	2363º	0,794
Prata	0,541	3538º	0,746
São Sebastião do Umbuzeiro	0,536	1527º	0,828
Zabelê	0,519	1045º	0,851
Camalaú	0,509	2042º	0,806
Congo	0,500	1545º	0,827
Amparo	0,490	2913º	0,773
Parari	0,477	2488º	0,789
Monteiro	0,460	1525º	0,828
Serra Branca	0,433	2953º	0,772
Assunção	0,431	4178º	0,719
Taperoá	0,397	1691º	0,820

Fonte: Elaboração própria, baseado no Observatório das Metrópoles (2016)

Ao analisar a tabela 12 percebemos que os números da D5 estão muitos abaixo da média final do IBEU. Como já apresentando os problemas de Serra Branca em relação infraestrutura urbana no tópico anterior, acredito que os mesmos problemas permanecem nos outros municípios, como a falta de acessibilidade e falta de pavimentação nas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esse trabalho, esperamos que nos próximos lançamentos de IDHM e IBEU em 2020 ou 2021, haja um avanço em todas as dimensões e médias dos índices trabalhados, é necessário que haja principalmente da gestão municipal uma reflexão dos resultados desses índices para que assim o município sirva de exemplo para Brasil, mas além da gestão municipal é preciso que a população conheça esses índices, cobre e ajude o gestor a tornar Serra Branca uma cidade mais agradável.

Além disso, os índices analisados não são capazes de elucidar a situação específica. Assim, torna-se importante que os municípios, mesmo os pequenos, deveriam desenvolver sistemas de indicadores, para o diagnóstico de problemas e para o desenvolvimento de políticas públicas.

Outro ponto a destacar é a diferença entre os índices analisados, logo temos amplos investimentos de políticas públicas para o desenvolvimento do IDHM no decorrer dos últimos 20 anos, enquanto o IBEU, não vemos o desenvolvimento de políticas públicas e embora seja um índice novo, é preciso destacar que todas as dimensões são de retiradas de dados do IBGE. Então é necessário que não só o poder público municipal de Serra Branca, olhe para esses dados, mas sim todos os prefeitos, pois temos em relação a IDHM, uma preocupação nas esferas Federal e Estadual para que haja um avanço dessas médias.

Especificamente em relação ao tema desta monografia, podemos notar a importância dos sistemas de índices e indicadores para os municípios. Essa importância se dá pelo o fato da simplicidade que índices geram as médias, principalmente o IDHM, permitindo que eles sejam medidos para países, estados ou municípios, permite que eles sejam utilizados em formulações de políticas públicas, permite seu cálculo em séries históricas e rankings para observar o progresso dos territórios em direção ao desenvolvimento e, principalmente, permite que todas as pessoas o entendam, só basta que haja um conhecimento melhor da população.

Por fim o objetivo principal, de analisar IDHM e o IBEU em Serra Branca – PB, percebe-se que ambos são instrumentos de políticas públicas para o município. Porém pode-se concluir que os resultados do IDHM e de suas dimensões (longevidade, educação e renda), geram uma maior quantidade de políticas públicas no município do que o IBEU, isso pelo fato de ser um índice sintético que surge como instrumento para o desenvolvimento de políticas públicas e ser um índice mais antigo (1990), o IDHM desde seu surgimento já é utilizado. Além disso as dimensões do IDHM, e próprio IDHM são instrumentos de políticas públicas da esfera federal e estadual, diferentemente do IBEU como ressaltado neste trabalho. Os ou-

tos objetivos apresentados na introdução foram bem expostos, e no decorrer dessa monografia são alcançados com sucesso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia. **A QUESTÃO DO TERRITÓRIO NO BRASIL**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ATLAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

ATLAS. **Atlas do Desenvolvimento Humano em Serra Branca**. Brasília: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: < http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-doidhm/atlasidhm2013_perfil_serra-branca_pb.pdf>. Acesso: 20 fev. 2017

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Territórios da cidadania**: proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. Brasília: MDA, 2003.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Disponível em: http://www.gespublica.gov.br/Tecnologias/pasta.2010-05-24.1806203210/guia_indicadores_jun2010.pdf. Acesso em: 22 fev. 2017.

CARDOSO, A. L. **Indicadores Sociais e Políticas Públicas**: algumas notas críticas. Proposta, Nº 77, Junho-Agosto, 1998.

CORRÊA, V. P.; MUNIZ, A. P.; FERNANDES, F. F. **Territórios da cidadania da região Nordeste**: uma análise preliminar dos municípios componentes. In: CONGRESSO DA SOBER, 47. 2009. Anais... Porto Alegre, 2009.

FUKUDA-PARR, Sakiko; SHIVA KUMAR, A. K. Introdução. In: **Desenvolvimento humano: Leituras selecionadas**. PUC Minas, Belo Horizonte, 2007, p. 25-41.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira**. 2005.

IBGE. **Síntese das informações do município de Serra Branca**. 2010. disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251550&search=paraibalserra-branca>> Acesso: 01 fev. 2017.

KIELING, L. **O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO: ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS E PRÁTICAS NO BRASIL**. 1. ed. Florianópolis: [s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124693/Monografia%20da%20Luisa%20Michels%20Kieling.pdf?sequence=1>> Acesso: 04 fev. 2017

JANNUZZI, P.M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 36 (1):51-72. Jan/fev. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas**. 200-. Disponível em: www.cedeps.com.br. Acesso em: 12 jan. 2017.

MAGALHÃES, M. T. Q. **Metodologia para desenvolvimento de sistemas de indicadores:** uma aplicação no planejamento e Gestão da política nacional de transportes. (Dissertação Mestrado) - Universidade de Brasília. Brasília, 2004.

Menezes, D.Possamai, A. **Desenvolvimento humano e bem-estar urbano nas regiões metropolitanas brasileiras:** um novo índice sintético. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2015.

SCHUMANN, L. A. E MOURA, L. B. A. **Índices sintéticos de vulnerabilidade: uma revisão integrativa de literatura.** Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000702105> Acesso em: 15 fev. 2017.

Souza, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, v. 16, n. 8, 2006.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990.** Nova Iorque: PNUD, 1990. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 21. fev 2017.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1998.** Nova Iorque: PNUD, 1998. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1998_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 21. fev 2017.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2000.** Nova Iorque: PNUD, 2000. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_2000_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 18. fev 2017.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** Nova Iorque: PNUD, 1990. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_2010_en_complete_nostats.pdf. Acesso em: 28. jan 2017.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (orgs.). **IBEU: índice de bem-estar urbano.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. (orgs.). **IBEU: índice de bem-estar urbano municipal.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016

RUA, M. das G. **Desmistificando o problema:** uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Texto apresentado na oficina temática do PROMOEX – Avaliação de Resultados no Ciclo da Gestão Pública. Brasília/DF. 2004. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/tcbrasil/arquivosPromoex/MDIPROMOEXManualdeProjetos29052004-Dulce.doc>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SANTAGADA, Salvatore. **Indicadores sociais:** contexto social e breve histórico. Indicadores Econômicos Fee, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p.245-255, 1993. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/758/1013>>. Acesso em: 06 fev 2017.

XAVIER, CARVALHO E CORREA, 2014 **DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL e DESENVOLVIMENTO HUMANO:** Análise do IDHM dos Territórios Rurais Paraenses

nos anos (1991-2000 e 2000-2010). Disponível: <<http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/10/6.pdf>> Acesso: 07 de março de 2017